



Número: **0852234-84.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/10/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                |                    | Procurador/Terceiro vinculado   |                                  |
|---------------------------------------|--------------------|---|----------------------------------|
| MANOEL MATEU BARRETO (AUTOR)          |                    | JOMARIO DE VASCONCELOS COUTINHO (ADVOGADO)  |                                  |
| MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU) |                    | WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)  |                                  |
| Documentos                            |                    |   |                                  |
| Id.                                   | Data da Assinatura | Documento   | Tipo                             |
| 5433715                               | 20/10/2016 14:46   | <a href="#">Petição Inicial</a>   | Petição Inicial                  |
| 5433728                               | 20/10/2016 14:46   | <a href="#">INICIAL-MANOEL MATEU BARRETO</a>  | Outros Documentos                |
| 5433742                               | 20/10/2016 14:46   | <a href="#">PROCURAÇÃO E DOCS PESSOAIS-MANOEL MATEU BARRETO</a>                               | Outros Documentos                |
| 5433757                               | 20/10/2016 14:44   | <a href="#">PROVAS-MANOEL MATEU BARRETO</a>   | Outros Documentos                |
| 5871774                               | 25/11/2016 15:43   | <a href="#">MUTIRAO DPVAT</a>   | Termo de Audiência               |
| 5871787                               | 25/11/2016 15:43   | <a href="#">0852234 84 20168152001</a>  | Termo de Audiência               |
| 5890476                               | 29/11/2016 17:31   | <a href="#">Sentença</a>  | Sentença                         |
| 6156835                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">Petição</a>   | Petição                          |
| 6156836                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">PEDIDO DE HABILITAÇÃO -MAPFRE</a>   | Outros Documentos                |
| 6156838                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">Portaria SUSEP 34 02 08 2016 - Mudança de Razão Social Seguradora Líder-DPVAT</a> | Substabelecimento                |
| 6156840                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">PROCURAÇÃO LIDER - 17.05.2016 - ok</a>  | Substabelecimento                |
| 6156841                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte1</a>                                       | Substabelecimento                |
| 6156843                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte2</a>                                       | Substabelecimento                |
| 6156844                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">Subs Consorciadas red</a>   | Substabelecimento                |
| 6156845                               | 26/12/2016 11:53   | <a href="#">MAPFRE SEGUROS GERAIS - completa</a>  | Substabelecimento                |
| 9446779                               | 29/08/2017 15:39   | <a href="#">Habilitação em processo</a>   | Petição de habilitação nos autos |

SEGUE ANEXO INICIAL, PROCURAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS!



**Jomário de Vasconcelos Coutinho**

*Advocacia, Consultoria e Assessoria Jurídica e Empresarial*

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO \_\_\_\_º JUIZADO ESPECIAL  
CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

**MANOEL MATEU BARRETO**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o nº. 092.006.964-90 e RG de nº. 2.843.620 - 2ª via - SSDS/PB, residente e domiciliado n Sítio Pitanguinha, s/n, Zona Rural, CEP 58.278-000, Jacaraú/PB, por seu Procurador e Advogado "*in fine*" assinado, legalmente constituído nos termos do instrumento procuratório anexo, vêm, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei 6.194/74 e no CPC, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO  
OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face de **VERA CRUZ SEGURADORA S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 61074175/0001-38, podendo ser citada na Av. Eptácio Pessoa, nº. 723, Bairro dos Estados, CEP 58013-120, João Pessoa/PB, expondo e requerendo ao final o que se segue:

**Ab initio**, cumpre esclarecer, Excelência, que a parte Autora não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo de sua própria subsistência, conforme declarado, razão pela qual **REQUER** **lhe seja concedido o benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, ex vi o disposto nos arts. 98 a 102 do CPC, e no que couber, na Lei 1.060/50.

**I – PRELÓQUIO:**

A parte Promovente sofreu acidente causado por veículo automotor de via terrestre, que lhe ocasionou seqüela definitiva e irreparável, fazendo, desta forma, jus ao seguro obrigatório (DPVAT), consoante estabelecido na Lei 6.194/74.

cels. (+55) 83 98874-9800 / 99948-9522 / 99127-1617

e-mail: jomariocoutinho@gmail.com



## **II – DO ESCORCO FÁTICO:**

O Requerente sofreu acidente decorrente de veículo automotor de via terrestre ocorrido na cidade de Jacaraú/PB.

O Promovente no dia 24/11/2012, transitava em uma motocicleta pela estrada da cidade de Jacaraú/PB, quando um veículo obstruiu sua passagem, fazendo com que o mesmo perdesse o controle e viesse a cair.

Após o acidente o Demandante sofreu escoriações e lesões de natureza grave, tendo sido socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde teve que retornar para realizar tratamento cirúrgico.

Portanto, pelos fatos apresentados e documentos acostados, comprovado está o direito líquido e certo da parte Promovente ao recebimento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no devido valor estipulado na Lei 6.194/74.

## **III – DO MERITUM CAUSAE:**

### **III.1 – Da Legitimidade Ativa *Ad Causam*:**

Tem-se como requisito para o recebimento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, qualquer pessoa que sofra danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, independentemente da comprovação de culpa.

Ante o exposto acima, não há dúvida de que o Requerente seja parte legítima ativa para a causa, como auferido pelos documentos inclusos a presente.

Desta forma, incontestavelmente está provado por tais documentos, o enquadramento do Autor em uma das hipóteses do Art. 3º da Lei 6.194/74 e o nexo causal, ou seja, que sua invalidez permanente abrolhou em decorrência do acidente alures descrito.

### **III.2 – Da Legitimidade Passiva *Ad Causam*:**

Devido a existência de um consórcio nacional obrigatório, FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização), qualquer seguradora que faça parte da FENASEG é parte legítima passiva para figurar em demandas que pleiteiem a indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Estando o sobredito amplamente amparado na lei, doutrina e nas melhores jurisprudências sobre esta questão. Conforme se depreende abaixo:

**"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO  
OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE -**



**SEGURADORA** - Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6186, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 - Uberlândia - 1ª C. Civ. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001) (grifo nosso)

**"SEGURO OBRIGATÓRIO - LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS** - É da responsabilidade da seguradora o pagamento de indenização à vítima, bastando para tanto, que se comprove a existência do fato e suas conseqüências danosas. A nova sistemática, obriga indistintamente todas as seguradoras consociadas integrantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros privados e de capitalização. (TA-PR. Ac. Unânime da 2. Câmara Cível de 06/03/1996 - Ap. 87.558-3 - Rel. Juiz Roberto Costa - "A marítima CIA de seguros X Creuza Mara de Carvalho). (grifo nosso)

Com isto, indubitavelmente e sem maiores complicações ou delongas, está caracterizado que a seguradora Ré é parte legítima passiva para atuar no pólo passivo desta lide.

### **III.3 – Inexigibilidade de Prévio Procedimento Administrativo:**

Deve-se observar que a Lei nº 6.194/74 não fez qualquer exigência quanto a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, bem como, a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

E se pelo contrário, fosse exigido tal procedimento prévio, haveria a violação dos princípios da inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional, além de ferir também dispositivo constitucional expresso.

Corroborando o entendimento acima, menciona o princípio da legalidade, que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. E com relação ao particular, este está permitido a agir livremente, desde que não haja vedação legal.

Destarte, peculiarmente sobre o caso em análise, além de não existir proibição legal, a Magna Carta garante o ingresso ao Judiciário a todos aqueles que estiverem sofrendo lesão ou ameaça a direito.

Consoante o posicionamento anterior, segue o ensinamento do culto Alexandre de Moraes, ao registrar palavras a respeito da inexistência de jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado:

**"Inexiste a obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para**



obter-se o provimento judicial, uma vez que excluiu a permissão, que a emenda constitucional de n.º 07 a Constituição anterior estabeleceu, de que a lei condicionasse o ingresso em juízo à exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário". (grifo nosso)

Compartilha do mesmo entendimento acima, a melhor jurisprudência, ao expor que:

**Ação de cobrança - Seguro obrigatório (DPVAT) – Pedido administrativo prévio - Desnecessidade - Inafastabilidade da apreciação jurisdicional - Irretroatividade da Lei nº 8.441/94 - Inaplicabilidade de resolução do CNSP que fixa valor indenizatório – Recurso meramente protelatório - Litigância de má-fé - Condenação mantida.**

Não há que se exigir prévio pedido administrativo de indenização junto à seguradora para posterior ingresso em juízo, tendo em vista o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário. Quando os pedidos são fundados exclusivamente na Lei nº 6.194/74, é irrelevante o argumento de que a Lei nº 8.441/94 não retroage. Considerando o critério hierárquico de interpretação das normas, deve prevalecer a disposição do texto da lei federal (Lei nº 6.194/74) e não as normas regulamentadoras do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) quanto à fixação do *quantum* indenizatório. (1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº 223.05.178621-6 - Rel. Juiz João Martiniano Vieira Neto) .Boletim nº90 (grifo nosso)

Portanto, conforme o relatado, torna-se caracterizado a desnecessidade de procedimento administrativo prévio, por está de acordo com os princípios basilares constitucionais, visto que, qualquer forma de exigência a prévio esgotamento das vias administrativas, denota-se ilegal e inconstitucional.

#### **III.4 – Da Documentação:**

Leciona os arts. 5º e 7º da Lei 6.194/74, que para se fazer prova ao recebimento do seguro obrigatório DPVAT, independe, de maiores complicações probatórias, pois vejamos:

**"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)**

**"Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (grifo nosso).**

É de se constatar que a própria Lei 6.194/74 não cria quaisquer obstáculos burocráticos para que se receba a indenização do seguro obrigatório DPVAT.



No entanto, na maioria das vezes, como se tem visto no cotidiano, as seguradoras integrantes da FENASEG, vêm, impondo empecilhos para que se possa auferir o citado seguro, bem como, administrativamente, têm pago valores bem aquém do que determinado na lei.

Estando a matéria sobredita, no art. 7º, já sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça, dispondo o seguinte:

**"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". (grifo nosso)**

Sendo tal entendimento seguido, e também sumulado, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no qual aborda de forma bem mais ampla as questões referentes ao seguro DPVAT e indubitavelmente pertinentes a esta celeuma, além de robustecer e tornar incontestado o direito do Autor, ao dispor que:

**“SÚMULA Nº 14 – DPVAT (revisada em 24/04/2008)**

**VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO.** - É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução. A alteração do valor da indenização introduzida pela M.P. nº 340 só é aplicável aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 29/12/2006.

**QUITAÇÃO.** - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.

**CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO.** - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.

**GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ.** - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, ou do valor máximo vigente na data do sinistro, conforme este tenha ocorrido, respectivamente, antes ou depois de 29/12/2006.

**PAGAMENTO DO PRÊMIO.** - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório.

**COMPLEXIDADE.** - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML.



**APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.** - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação. Outrossim, para os sinistros ocorridos a partir de 29/12/2006, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro.

**CORREÇÃO MONETÁRIA.** - A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.

**JUROS** - Os juros moratórios incidirão sempre a partir da citação, mesmo tendo havido pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido". (destaques nosso)

Salienta ainda, que as TURMAS RECURSAIS CÍVEIS DO ESTADO DA PARAÍBA, vêm brilhantemente, decidindo na mesma linha de entendimento dos raciocínios supraditos, pois vejamos:

**"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA - AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS SENTENÇA MANTIDA -RECURSO PROVIDO.** Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a lei nº 441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio". (Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data Decisão: 19/12/2000.Natureza: RECURSO, INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CÍVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE – 2ª REGIAO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE) (grifo nosso)

**"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEICULO - RECUSA AO PAGAMENTO - PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO.** A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro. Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Sumula n. 251 do STJ). (grifo nosso)





**“LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - PENALIDADE REQUERIDA PELO RECORRIDO - RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO - EXEGESE Do ART. 18, INC. VII, do CPC. Restando' configurado o manifesto intuito protelatório do recurso inominado, impõe-se ao recorrente a sanção gizada no art. 18 do CPC. Sentença mantida por seus próprios fundamentos (art.46, lei 9.099/95)".** (Relatar: JUIZ JOSE HERBERT LUNA LISBOA. Ano: 2002. Data Decisão: 17/01/2001. Natureza: RECURSO INOMINADO. Orgão Julgador: TURMA RECURSAL CIVEL. Procedência: CAPITAL – 1ª REGIÃO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL)” (destaque nosso)

Desta maneira, mister apenas para o recebimento do seguro obrigatório DPVAT, a comprovação do nexo causal, ou seja, que os danos pessoais causados, foram decorrentes de acidente causado por veículo automotor de via terrestre. Estando no presente caso, irrefragavelmente comprovado pelas provas já anexas.

Portanto, por tudo que foi demonstrado e pela vasta prova documental inclusa, demasiadamente está comprovado que a parte Requerente faz jus a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que comprovou através dos documentos anexos, que sua debilidade permanente decorreu de acidente de veículo automotor de via terrestre.

### **III.5 – Do Montante Indenizatório:**

Com referência ao valor do pagamento, no caso em análise, este deve ser equivalente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

**Importante destacar MM Juiz, que a alteração trazida pela lei nº. 11.945/2009, mostra-se descabida, uma vez que vem a tabelar partes do corpo humano, o que é impossível de se por valor, pois totalmente subjetivo e nem se sabe quais critérios foram adotados para o referido tabelamento.**

**Sendo assim, para o caso em tela, deve-se ser a aplicado o valor fixo, como ocorre no caso de morte, e na invalidez total permanente. Impondo-se o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) que corresponde a 100% do valor total da indenização, como valor fixo aos casos em que ocorrer debilidade permanente, para que não venha existir critérios de discriminação e nem injustiças!!!**

Impende ressaltar que a limitação existente na parte Autora é de caráter definitiva, perdurando esta seqüela para o resto da sua vida, não podendo o mesmo praticar diversas atividades como uma pessoa normal faria, inclusive afetando diretamente suas atividades laborativas!

Desta forma, resta provado que é direito da parte Autora, a indenização do seguro obrigatório DPVAT no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, não deixando margens para interpretações diversas.



Portanto, está cabalmente provado que a parte Requerente possui direito sobre o que requer, estando embasado pela doutrina, lei e jurisprudência, não havendo necessidade de maiores obstáculos e contratempos.

#### **IV – DO CARATER EMINENTEMENTE ASSISTENCIAL DA LEI Nº. 6.194/74:**

Não se pode perder de vista o caráter eminentemente assistencial da Lei 6.194/74 que regulamenta o Seguro Obrigatório DPVAT, que tem por exclusivamente o escopo de assegurar assistência financeira ao acidentado, devendo em caso de dúvida, esta lei ser aplicada de forma mais benéfica ao acidentado, e, sobretudo, em virtude do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Impende destacar que a citada lei foi criada com fim de amenizar os traumas e seqüelas sofridas pelo acidentado e não gerar lucros para o consorcio de seguradoras, mas o que vemos é exatamente o contrário, pois a Lei nº. 6.194/74 vem gradativamente sendo modificada para atender os fins lucrativos das seguradoras, fugindo desta forma do seu primordial escopo, que é o de tentar suprimir ao menor que seja o sofrimento daqueles que se envolveram em acidentes de transito. Sendo assim, não pode o poder Judiciário permitir que tamanha injustiça continue a acontecer, uma que este deve primar pela garantia de direitos da sociedade!

Outro ponto de bastante relevância justificador do caráter assistencial da Lei 6.194/74 é que a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT é paga a qualquer pessoa vítima de acidente causado por veículo automotor de via terrestre e que haja ocorrido como consequência seqüela permanente, independentemente do poder aquisitivo do acidentado, bem como da existência ou não de culpa sua!

Sendo assim, deve o Poder Judiciário como medida de justiça, aplicar a lei de forma mais benéfica ao cidadão, mirando este como espeque basilar da democracia, sobrepujando o interesse coletivo em detrimento de uma minoria que apenas almeja lucros exorbitantes.

Por isso nobre Magistrado, torna-se imperioso como medida e aplicação de justiça o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT ao Autor no devido valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

#### **V – DOS PEDIDOS:**

**ISTO POSTO**, e de acordo com todo o esposado, **REQUER** a Vossa Excelência, que se digne em:

1 - determinar a CITAÇÃO da empresa Demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão, no endereço supramencionado;



2 - julgar procedente *in totum* todos os pedidos formulados na presente exordial, condenando a empresa Promovida ao pagamento de uma INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devidamente atualizado e corrigido;

3 - conceder os benefícios da gratuidade judiciária, com fulcro nos arts. 98 a 102 do CPC, bem como, no que couber na forma dos termos da Lei nº 1.060/50, uma vez que, tendo condições de arcar com os dispêndios processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família;

4 - condenar a Ré em custas judiciais e demais emolumentos a que der causa, bem como, ao pagamento de honorários advocatícios advindos desta, na base de 20 %, sobre o total da condenação, devidamente atualizado e corrigido;

Protesta ainda e requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, perícias, vistorias, juntada de novos documentos, entre outros.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

João Pessoa, 19 de outubro de 2016.

**Jomário de Vasconcelos Coutinho**  
OAB/PB nº. 14.135-B

Ouve, Senhor, a causa justa, atende ao meu clamor, dá ouvidos à minha oração, que procede de lábios não fraudulentos. SI17.1)



## PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

### **OUTORGANTE:**

NOME: MARCEL MATEU BARRETO  
QUALIFICAÇÃO: BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR  
ENDEREÇO: SÍTIO PITANGUINHA, SIN, ZONA RURAL,  
SACARAÚ/PB  
CPF/MF: 092.006.964-90 RG.: 2.843.620-22 VIA-SPDS/PB

### **OUTORGADO:**

JOMÁRIO DE VASCONCELOS COUTINHO, inscrito na OAB/PB sob o nº. 14.135-B, com endereço profissional situado na Av. Vasco da Gama, 1034, Jaguaribe, João Pessoa/PB.

### **PODERES:**

Amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, como também em seara administrativa, perante Órgãos Públicos, Autarquias, Empresas Públicas, especialmente com relação ao INSS, para solicitar e postular quaisquer tipo de benefícios e/ou cópias de documentos e/ou processos, bem como, realizar agendamentos, podendo ainda requerer quaisquer documentações em hospitais e/ou clínicas, sejam públicos ou particulares, bem como, podendo propor a quem de direito, qualquer tipo de ação, se necessário for, e defender nas contrárias, até final decisão, usando dos recursos legais convenientes, podendo praticar atos extrajudiciais de representação e defesa, em especial com poderes para receber citação, intimação ou notificação, representar em audiências, confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito ao qual se funda a ação, receber e dar quitação, abrir conta em banco, arrematar, adjudicar, renunciar a direitos, permutar, requerer e receber alvará judicial, RPV e/ou precatórios, junto a quaisquer instituições bancárias, endossar cheques, gravar bens, prestar contas, agindo em conjunto ou separadamente, podendo substabelecer, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por firme, certo e valioso. Obriga-se o(a) Outorgante a pagar ao Outorgado, pelo cumprimento da presente procuração, o pagamento de trinta por cento de tudo que receber pela proposição da referida Ação, bem como, ao pagamento de despesas realizadas em função da mesma.

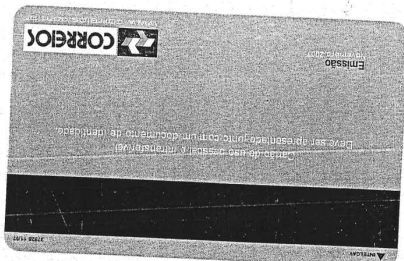
### **GRATUIDADE JUDICIÁRIA:**

Declara ainda o(a) Outorgante que é necessitado(a) na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas processuais e honorários de advogados, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, e, portanto, solicita o benefício da **JUSTIÇA GRATUITA**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Marcel Mateu Barreto  
**OUTORGANTE**





| VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL |  |
|--------------------------------------|--|
| REGISTRO GERAL                       | 2.843.620 - 2 VIA                                    |
| DATA DE EXPEDIÇÃO                    | 11/03/2008   |
| NOME                                 | MANOEL MATEU BARRETO                                 |
| FILIAÇÃO                             | BERTOLO MATEU BARRETO<br>MARIA DA CONCEIÇÃO          |
| NATURALIDADE                         | JACARAÚ-PB   |
| DATA DE NASCIMENTO                   | 04/08/1974   |
| DOC. GERAL                           | NASC.N.13518 FLS.168V LIV.A13<br>CARTORIO JACARAÚ PB |
| CPF                                  |  |
| Assinatura do Diretor                | <i>Manoel Mateu Barreto</i>                          |
| LEI Nº 2.116 DE 29/08/83             |  |

| MINISTÉRIO DA FAZENDA<br>Secretaria da Receita Federal |                      |
|--|----------------------|
| <b>CPF</b>   |                      |
| Cadastro de Pessoas Físicas                            |                      |
| Número de Inscrição                                    |                      |
| 092.006.964-90   |                      |
| Nome   | MANOEL MATEU BARRETO |
| Nascimento   | 04/08/1974           |

| CARTEIRA DE IDENTIDADE   |  |
|--|--|
| <i>Manoel Mateu Barreto</i>  |  |
|  |  |
|  |  |
| SECRETARIA DA SEGURANÇA DA GERAÇÃO<br>INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA<br>DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO |  |
| ESTADO DA PARAÍBA<br>DIP:074   |  |
| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL   |  |






GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL  
Rua Manoel Rufino da Silva, SN, Central de Polícia - João Paulo II, João Pessoa - PB, CEP: 58076-005

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 3729/2015

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Francisco Deusdedit Leitão Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 15:13h, compareceu o (a) Senhor (a): **MANOEL MATEU BARRETO**, brasileiro, natural de Jacaraú/PB, solteiro, com 42 anos de idade, Agricultor, Alfabetizado, filho de Bertolo Mateu Barreto e de Maria da Conceição, RG. 2.843.620-SSP/PB, residente no Sítio Pitanguinha, SN, zona rural, Jacaraú/PB, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 24/11/12, por volta das 17:00h, quando conduzia a motocicleta de marca YAMAHA/YBR 125K, cor preta, ano 2006/2007, de placa MNM-7802/PB, chassi nº 9C6KE092070091664, registrada em nome de José Paulino Batista Filho, pela estrada da cidade de Jacaraú/PB, ao desviar de um veículo que obstruiu sua passagem, o notificante perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer traumatismo crânio encefálico leve e traumatismos múltiplos não especificados, sendo conduzido ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 18 de novembro de 2015.

  
Notificante

  
Carlos Antônio Duarte Félix  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 125.802 J  
Escrivão





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIREÇÃO TÉCNICA

## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MANOEL MATEU BARRETO  
DATA DE NASCIMENTO 04/08/74  
NOME DA MÃE MARIA DA PAZ BARRETO

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 669.391  
Nº PRONTUARIO  
DATA DO ATENDIMENTO 24/11/12  
HORA DO ATENDIMENTO 20:03  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA  
DIAGNÓSTICO (S) TCE LEVE + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS  
CID 10 S 00.9 + T 07

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta, apresentando TCE + perda de consciência, trauma no cotovelo e tornozelo D, além de ferimento corto-contuso no supercílio D e escoriações em região infraorbitária D. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

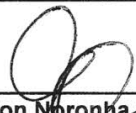
### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do crânio - AP e P  
RX do cotovelo D - AP e P

### TRATAMENTO:

Sem alterações aos RX. Realizado atendimento, sutura e tratamento conservador aos cuidados da Neurocirurgia, Ortopedia e BucoMaxiloFacial.

ALTA HOSPITALAR: 24/11/12  
DATA DA EMISSÃO: 26/01/15

  
Dr. Ewerton Noronha Teixeira  
CRM: 25167/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIREÇÃO TÉCNICA

## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MANOEL MATEU BARRETO  
DATA DE NASCIMENTO 04/08/74  
NOME DA MÃE MARIA DA PAZ BARRETO

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 673.377  
Nº PRONTUARIO 70.895  
DATA DO ATENDIMENTO 24/12/12  
HORA DO ATENDIMENTO 08:05  
MOTIVO DO ATENDIMENTO RETORNO - ORTOPEDIA  
DIAGNÓSTICO (S) LUXAÇÃO GLENO-UMERAL D  
CID 10 S 43.0

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta, há cerca de 27 dias, onde esteve interno, sendo encaminhado da clínica Central de Fraturas, apresentando dor + limitação dos movimentos do ombro D e luxação gleno-umeral D. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

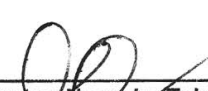
### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do ombro D - AP e Oblíqua

### TRATAMENTO:

Luxação gleno-umeral ao RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Thales Maia

ALTA HOSPITALAR: 03/01/13  
DATA DA EMISSÃO: 29/09/15

  
Dr. Ewerton Noronha Teixeira  
CRM: 2516/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





termo de audiencia





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos  
**MUTIRÃO DPVAT - JOÃO PESSOA / 2016**

**Banca: 07**  
**Processo nº: 0852234-84.2016.8.15.2001.**  
**Vara de Origem: 5ª Vara Cível da Capital**  
**Requerente: Manoel Mateu Barreto CPF: 092.006.964-90**  
**Advogado(a) Jomario de Vasconcelos Coutinho OAB/PB:14.135-B**  
**Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**  
**CNPJ nº 09.248.608/0001-04.**  
**Preposto da Seguradora: Fernanda Moreira de Paiva CPF 098.936.627-88**  
**Fabiano Narduchi de Paula CPF 027.001.747-82**  
**Advogado da Seguradora: João Hélio Cavalcante Júnior OAB/PB 18.964**

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados, na Vila Olímpica Parahyba em João Pessoa-PB, foi realizada audiência de tentativa de conciliação, na qual não se obteve êxito, pois não houve proposta de acordo da Requerida. A parte ré informa que a procuração, contrato social, carta de preposição e os atos constitutivos já encontram-se acautelados em cartório e servem somente para este ato. Assim, retornem os autos ao Juízo de origem com as devidas cautelas.

  
Conciliador(a)

**Partes e Advogados**

Requerente:  Adv. Requerente :   
Requerido(a): Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A  
Advogado do requerido: 

João Pessoa/PB, 24 de novembro de 2016.

**FABIANO NARDUCHI DE PAULA**  
OAB/RJ nº 100.960

**Magistrados:**

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Bantas

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juíza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juíza Maria das Graças Fernandes Duarte



# AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

## Informações da Vítima

Nome completo: Manoel Mateu Barreto  
CPF: 092.006.964-90  
Endereço completo: Jacarau - Pb

## Informações do Acidente

Local: jacaraú-pb  
Data do acidente: 24/11/2012

## Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0852234-84.2016.8.15.2001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 5ª Vara Cível ou JEC da Comarca de João Pessoa-PB.

João Pessoa - PB, 24 de novembro de 2016

local e data

  
Assinado eletronicamente

## Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

( X ) Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

tce + ombro direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

luxacao gleno/umeral direito - realizado tratamento cirúrgico  
tce leve- realizado tratamento conservador

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( ) Sim ( X ) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ( ) disfunções apenas temporárias

b) ( X ) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

limitacao da elevacao do membro superior direito com dificuldade para realizar rotacao externa do ombro direito  
cefaléia residual

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

>laudo\_mutrão, emissão: 24/11/2016 11:23:11, vítima: Manoel Mateu Barreto< >exMed - Copyright © - 2012<

>Página - 1 / 3<



( ) Sim, em que prazo:

( X ) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

**Segmento corporal acometido: membro superior direito + sistema nervoso central**

a) ( ) Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ( X ) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ( ) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) ( X ) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Lesões neurológicas que cursem com impedimento do senso de orientação espacial - Lado Direito e Esquerdo

( X ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

2ª Lesão

Perda funcional completa de um dos membros superiores - Lado Direito

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( X ) 50% Média ( ) 75% Intensa

3ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

4ª Lesão

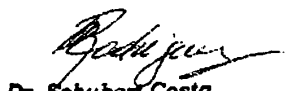
( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa


Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:  
João Pessoa - PB, 24 de novembro de 2016

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM

  
Dr. Schubert Costa  
PERITO ASSISTENTE  
SAUDE SEG  
CRM - 5523

  
Dr. George Kennedy Cruz Rocha  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 7510



## PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LÍDER - DPVAT

---

### JUSTIFICATIVAS Empresa Médica: SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda

Vítima: Manoel Mateu Barreto  
Processo: 0852234-84.2016.8.15.2001  
Vara:  
Pasta:

- ( ) Mantida / em conformidade a avaliação médica administrativa
- ( ) Agravamento
- ( ) Nova lesão
- ( ) Divergência na aplicação da tabela legal

### JUSTIFICATIVA:

SEM LAUDO ADM, CONCORDO COM O PERITO.

Data: 24 de novembro de 2016

Assinatura do médico assistente - CRM

  
**Dr. Schubert Costa**  
PERITO ASSISTENTE  
SAUDE SEG  
CRM - 5523





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0852234-84.2016.8.15.2001

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MANOEL MATEU BARRETO

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**Manoel Mateo Barreto**, por meio de advogado habilitado, ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face de **Mafre Vera Cruz Seguradora S/A**, consoante os fatos alegados no ID Num. 2576438.

Juntou documentos.

Os autos aportaram no Mutirão DPVAT realizado na data de 24 de novembro de 2016, onde não se obteve êxito na audiência de conciliação (ID. 5871787).

Vieram-me os autos conclusos para fins de direito.

**É o Relatório.**

**Decido.**

Defiro a gratuidade judiciária requerida, na forma do artigo 98 do CPC.



Um dos requisitos essenciais da petição inicial, na lição do art. 320 do CPC, é a instrução da peça exordial com os documentos indispensáveis à propositura da ação, e no caso dos autos, não houve respeito a tal requisito.

No caso relacionado com a cobrança de DPVAT, verifica-se que a controvérsia aqui posta consiste em saber se o prévio **requerimento administrativo** é condição para o exercício do direito subjetivo de ação, relativamente à cobrança de DPVAT.

A jurisprudência deste Tribunal, pacificamente, vinha decidindo que não se poderia exigir o prévio requerimento administrativo do pagamento do seguro obrigatório DPVAT para que a vítima de acidente ou o beneficiário do seguro postulasse-o judicialmente, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Ocorre, porém, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **RE nº 631.240/MG**, de que foi Relator o Ministro Luís Roberto Barroso, cujo tema suscitado no recurso teve sua **repercussão geral reconhecida**, concluiu que a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação em que se postula a concessão de benefício previdenciário é compatível com a norma do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

A propósito, cito o mencionado precedente:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias,



prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir. (RE 631240, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014).

Para a propositura da presente demanda é necessário antes de ingressar judicialmente que a parte promovente tenha requerido o pagamento do Seguro DPVAT de forma administrativa, vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça da Paraíba, acerca do caso dos autos.

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO. - "Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do re 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso." (STF Re: 839.353 MA, relator: Min. Luiz fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB - Processo nº 0014519-75.2015.815.2001, Relator: Des. JOSÉ RICARDO PORTO, julgado em 16-10-2015).

vejamos ainda o posicionamento do STF neste caso:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é





compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. 3. In casu, o acórdão recorrido assentou: "2. Inexiste uma das condições da ação, pois que não houve indícios de que fora realizado qualquer pedido administrativo perante a Seguradora reclamada. 3. Inexiste necessidade do pronunciamento judicial, pois não havendo que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, não há o interesse de se ingressar com a demanda em juízo." 4. Recurso DESPROVIDO. (RE 839314, Relator: Min. LUIZ FUX, julgado em 10/10/2014, publicado em DJe-202 DIVULG 15/10/2014 PUBLIC 16/10/2014).

Ocorre que mesmo devidamente intimado para emendar a inicial o autor apesar de manifestar-se nos autos, não atendeu ao que determinado no despacho e como se observa acima através dos acordões o requerimento administrativo é peça essencial a propositura da presente ação.

O caso dos autos é de extinção sem resolução do mérito.

A lei prevê o procedimento para o caso da inicial não ser emendada tempestivamente:

**Art. 321.** O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

**Parágrafo único.** Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.

Assim, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTA A AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, com fulcro nas normas transcritas e no art. 485, I do CPC.

Sem custas.

Publique-se, registre-se e intime-se.



Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição, em seguida, independente de nova conclusão, archive-se.

JOÃO PESSOA, 28 de novembro de 2016.

Onaldo Rocha de Queiroga - Juiz(a) de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL COMARCA DE  
JOÃO PESSOA - PB**

**PROCESSO Nº 0852234-84.2016.8.15.2001**

**REQUERENTE: MANOEL MATEU BARRETO**

**REQUERIDA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A E SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS  
DPVAT**

**MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, doravante denominada **MAPFRE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, neste ato representada por seus advogados infra signatários, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, em trâmite perante este d. Juízo, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de V. Exa., **REQUER A HABILITAÇÃO** ao presente processo, bem como a juntada do kit de habilitação que segue, em anexo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.



Para fins dos arts. 234, 236, parágrafo 1º, 238 e 241, todos do Código de Processo Civil, **requer que sejam as publicações e intimações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado WILSON SALES BELCHIOR, inscrito na OAB/PB sob o número 17.314-A, para que conste de todas as publicações relativas a esta ação, sob pena de nulidade.**

Termos em que espera deferimento.

JOÃO PESSOA/PB, 26 de dezembro de 2016.

**WILSON BELCHIOR**

**OAB/PB 17.314-A**



ROCHA, MARINHO  
E SALES  
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO  
CAIO CESAR ROCHA  
DEBORAH SALES  
TIAGO ASFOR ROCHA  
WILSON SALES BELCHIOR  
AMAURY GOMES  
ANA AMÉLIA RAMOS  
ANA CAROLINNE DA SILVA  
ANA JULIA SILVA  
ANDRESSA FRANÇA  
BÁRBARA ROCHA  
BRENO PESSOA  
CARLA LIMA  
CAROLINA BEZERRA  
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA  
CRISTIANA FREITAS  
CRISTIANE CARVALHO  
DANIELLE LUCENA  
DAVID ROCHA  
EDUARDO FERREI  
ÉLIDA LIMA MARTINS  
ELORA FERNANDES  
EMANUELLA PONTES  
ÉRIKA NÓBREGA  
EVELINE LIMA  
FABIOLA FEIJÓ  
FABIOLA FREITAS  
FLÁVIA LINS  
GLAUBER NUNES

HUGO MELO  
ÍCARO REBOUÇAS  
ILANA LIMA  
JANIELLE SEVERO  
JOÃO PIMENTEL  
JULIANA MIRANDA  
JÚLIO CABRAL  
JUSSARA MAFRA  
KAMILA CARVALHO  
LARISSA MAIA  
LARISSA SILVEIRA  
LARISSA RODRIGUES  
LAYLA MILENA  
LEONARDO CAPISTRANO  
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR  
LUCAS CAVALCANTE  
MAGDA MADEIRA  
MANOEL BURGOS  
MARCELE ALENCAR  
MÁRCIO MACIEL  
MÁRCIO MOITINHO  
MARCUS FREITAS  
MARIELE BRAGANTE  
MAYRA REGUEIRA  
MIGUEL CORDEIRO  
NATASHE MESQUITA  
NATHALIA BARROS  
NATHALIA RODRIGUES  
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS  
PAULO LUCENA  
PEDRO CAMINHA  
RAFAEL NOGUEIRA  
RENAN REBOUÇAS  
RENATO ARRUDA  
ROBERTA PORTELA  
RUAN CASTRO PAIVA  
TATHIANNE LUIZ  
VANESSA FREIRE  
VÂNIA COSTA  
WILTON GALVÃO

CONSULTOR:  
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

**PROCESSO Nº** 0852234-84.2016.8.15.2001

**REQUERENTE:** MANOEL MATEU BARRETO

**REQUERIDA:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A E SEGURADORA LIDER DOS  
CONSÓRCIOS DPVAT

**MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, doravante denominada **MAPFRE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, neste ato representada por seus advogados infra signatários, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, em trâmite perante este d. Juízo, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de V. Exa., **REQUER A HABILITAÇÃO** ao presente processo, bem como a juntada do kit de habilitação que segue, em anexo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

[www.rochamarinho.adv.br](http://www.rochamarinho.adv.br)



Para fins dos arts. 234, 236, parágrafo 1º, 238 e 241, todos do Código de Processo Civil, requer que sejam as publicações e intimações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado WILSON SALES BELCHIOR, inscrito na OAB/PB sob o número 17.314-A, para que conste de todas as publicações relativas a esta ação, sob pena de nulidade.

Termos em que espera deferimento.

JOÃO PESSOA/PB, 26 de dezembro de 2016.

WILSON BELCHIOR  
OAB/PB 17.314-A





## SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 488, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 448 (quatrocentos e quarenta e oito) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R\$ 1.484.349,17 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), observando-se as seguintes características:

| Ano   | Data de Emissão | Data de Vencimento | Quantidade | Preço Unitário (R\$) | Valor (R\$)  |
|-------|-----------------|--------------------|------------|----------------------|--------------|
| CTN   | 01/07/1998      | 01/07/2018         | 91         | 3.545,82             | 322.642,58   |
| CTN   | 01/08/1998      | 01/08/2018         | 293        | 3.518,06             | 1.040.791,58 |
| CTN   | 01/08/2003      | 01/08/2023         | 17         | 1.036,63             | 17.622,71    |
| CTN   | 01/08/2010      | 01/08/2020         | 17         | 8.410,48             | 142.978,16   |
| TOTAL |                 |                    | 448        |                      | 1.484.349,17 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS  
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep 15414.001508/2016-14 e 15414.001509/2016-51, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PAN SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores;
- II - Mudança do endereço da sede social para: Avenida Paulista, 1.374, 11º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, São Paulo - SP; e
- III - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001541/2016-36, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de POTENTIAL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte - BH, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016:

- I - Alteração do endereço da sede para Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG; e
- II - Alteração do artigo 3º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 34, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001271/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 17 de março de 2016:

- I - Eleição dos membros do conselho de administração e fiscal;
- II - Mudança da denominação social para SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.; e
- III - Alteração do artigo 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 35, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001300/2016-97, resolve:

mento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, o 00012016080400031

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de março de 2016:

- I - Constituição do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e
- II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 36, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001281/2016-07, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A., CNPJ n. 33.065.699/0001-27, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 28 de março de 2016:

- I - Mudança da denominação social para SEGUROS SURA S.A.; e
- II - Reforma do art. 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 37, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DA DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.005295/2015-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 13.615.969/0001-19, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015:

- I - Aumento do Capital Social no valor de R\$ 65.000.000,00, elevando-o para R\$ 250.000.000,00, representado por 12.591.171.800 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal; e
- II - Reforma do artigo 3º do estatuto social, tendo em vista o disposto no inciso I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 38, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001503/2016-83, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração dos artigos 10, 11, 12, 17 e 19 e a consolidação do estatuto social de ZÜRICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 17.266.009/0001-41, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seus acionistas nas assembleias gerais ordinária e extraordinárias realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 39, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001396/2016-93, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ n. 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 40, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001514/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

## Ministério da Integração Nacional

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 236, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Portaria nº 528, de 13 de setembro de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º A ementa da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e em irrigação, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, estabelecidas sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, que possuam projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação devem requerer a aprovação do Ministério da Integração para implementação de projetos considerados como prioritários para fins de obtenção do benefício previsto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Parágrafo único. São passíveis de enquadramento no caput os projetos de investimento nas áreas de infraestrutura ou produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pelo Ministério da Integração Nacional, que visem à implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos setores de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação." (NR)

Art. 3º O art. 3º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º ....."

X - declaração emitida pela SPE de que seus titulares não tenham transferido, em desacordo com as normas vigentes, o controle acionário de empresa titular de projeto em implantação, modernização, ampliação ou diversificação que seja beneficiado com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste, ou dos Fundos de Investimentos Regionais;

XI - declaração emitida pela SPE que certifique que os titulares daquela sociedade não estejam em débito, ainda que em caráter não financeiro, com o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM, SUDENE e SUDECO) ou com os agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste ou do Nordeste, sob pena de cancelamento da concessão de prioridade e restituição dos benefícios recebidos à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo de acréscimos de multas e juros, calculados em conformidade com a legislação;

....." (NR)

Art. 4º O art. 4º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ....."

I - em se tratando de projetos enquadrados no setor de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH; e



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 26/12/2016 11:52:08, WILSON SALES BELCHIOR - 26/12/2016 11:53:29

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16122611504414700000006044602>

Número do documento: 16122611504414700000006044602

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Num. 6156838 - Pág. 1

### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 8.502, **DEBORAH SALES BELCHIOR**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/CE sob o nº 9.687, **CAIO CESAR VIEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 15.095, **TIAGO ASFOR ROCHA LIMA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.386, **WILSON SALES BELCHIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE sob o nº 17.314; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ROCHA MARINHO E SALES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita na OAB/CE sob o nº 277, com escritório situado na Av. Desembargador Moreira, 760, 6º andar, Salas 601 a 614, Ed. Centurion, Meireles, CEP: 60.170-000, Fortaleza/CE, Fones: (85) 3208-8700 e Fax: (85) 3208-8703, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente; bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e**

*Preocupado com o meio ambiente a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*





qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.

  
MARCELO DAVOLI LOPES

  
CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas  
na CAPITAL

Tubelli, Carlos Alberto Firme Oliveira  
Rua do Carmo, 51 - Centro - Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2507-5880

000574  
AC567729

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (RG0000030052) Rio de Janeiro, 15 de maio de 2016. Cont. para Serventia TJ-FINOS Total

Em testemunho da verdade

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. EBO5-10710 PJO, EBO5-10711 BPO

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente Autorizado

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. EBO5-10710 PJO, EBO5-10711 BPO

Cartifico e do original que foi Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. EBO5-10710 PJO, EBO5-10711 BPO

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

000574  
AC567729





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Julzo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde

*Preservando com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*





Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900  
Reconheço por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (XXXXXX0471AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia  
Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut. 364 TITULARES  
EBO4-29273 INK, EBO4-29274 GUP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

APERTURA DO 1  
Bruno Rodrigo  
Belén Gaspar  
Escritório  
CNPJ nº 04.9476  
14.811-1443334  
OFÍCIO DE NOTAS - P



CARTÓRIO DO 17  
Escritório  
CNPJ nº 04.9476  
14.811-1443334  
Certifico a autenticidade da  
original, que foi autenticada  
Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.  
Bruno Rodrigo Belén Gaspar - Aut.  
EBO4-29273 INK, EBO4-29274 GUP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

008274  
ACB05380

Conf. por:  
Serventia  
Total  
5,00  
1,81  
6,81

















Dr. Saulo devere ser remunerado 25. REMUNERAÇÃO DE DIRETOR-GERENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho Renato Pires Rodrigues apresenta aos demais Conselheiros esta Resposta da seguinte forma: Diretor Administrativo: Francisco e

[illegible][illegible]



17º Ofício de Notas  
UNICORIN

Certifico e dou fe que  
original que foi  
Rtd de Janeiro, 02 de Junho de 2016.

Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Adv.  
Eduardo CDB Consulte em <https://www3.tjrs.jus.br/sitepublico>

COPIA PARA  
COPIA PARA  
COPIA PARA

OFÍCIO DE NOTAS  
Bruno Rodrigo Belen  
Rua Garibaldi, 100  
Fone: 3021.1111  
Fax: 3021.1111

003674  
AC0637

Reprodução fiel do  
original : 5.09  
Impressão : 1.81  
Total : 6.90



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESEÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosaria Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faori.

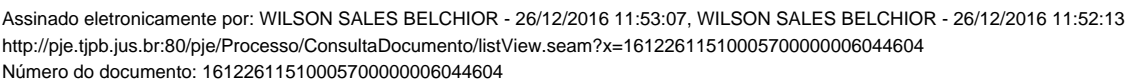
**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Retratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº. 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, titular do documento de identidade nº. 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 1





Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inhabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**

  
Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente

  
André Leal Paoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3





**17º Ofício de Notas**  
 Diócesis de Curitiba  
 Tabelião: Carlos Alberto de Almeida  
 Rua do Carmo, 150 - Centro - Curitiba - PR - 81201-000  
 Tel: 31 333.1111 / Fax: 31 333.1112

**CARTÓRIO DO 17º Ofício de Notas**  
 Bruno Rodrigo Belchior  
 Gaspel  
 CPF: 03.033.774/7

Certifico e dou fé que a presente  
 original que foi fornecido a  
 Rio de Janeiro, 02 de Junho de 2016.

Brno Rodrigo Belchior Gaspel - Aut.  
 EX0Y-94333 UNO Consulte em: <https://www3.tjpr.jus.br/sitepublico>

COB674  
 ACS06333

Reprodução fiel do  
 original  
 Serenata  
 UFPR/PR  
 Total : 6,90

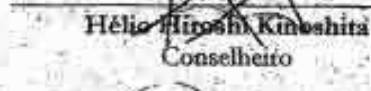



  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente

  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

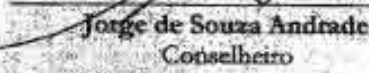
  
Celso Damadi  
Conselheiro

  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro


  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro

  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro


  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

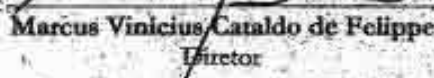
Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassu Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Canaldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3





ALBERTO, ALBERTO, documento produzido e entregue de fontes desconhecidas, importante na deliberação. Não houve consenso. Decisão da 1ª ou 2ª ou 3ª ou 4ª, Tinha eu, Tinha eu, De Caxias e Rio de Janeiro. ALBERTO, O Caxias, Sobre as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª, 32ª, 33ª, 34ª, 35ª, 36ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª, 41ª, 42ª, 43ª, 44ª, 45ª, 46ª, 47ª, 48ª, 49ª, 50ª, 51ª, 52ª, 53ª, 54ª, 55ª, 56ª, 57ª, 58ª, 59ª, 60ª, 61ª, 62ª, 63ª, 64ª, 65ª, 66ª, 67ª, 68ª, 69ª, 70ª, 71ª, 72ª, 73ª, 74ª, 75ª, 76ª, 77ª, 78ª, 79ª, 80ª, 81ª, 82ª, 83ª, 84ª, 85ª, 86ª, 87ª, 88ª, 89ª, 90ª, 91ª, 92ª, 93ª, 94ª, 95ª, 96ª, 97ª, 98ª, 99ª, 100ª, 101ª, 102ª, 103ª, 104ª, 105ª, 106ª, 107ª, 108ª, 109ª, 110ª, 111ª, 112ª, 113ª, 114ª, 115ª, 116ª, 117ª, 118ª, 119ª, 120ª, 121ª, 122ª, 123ª, 124ª, 125ª, 126ª, 127ª, 128ª, 129ª, 130ª, 131ª, 132ª, 133ª, 134ª, 135ª, 136ª, 137ª, 138ª, 139ª, 140ª, 141ª, 142ª, 143ª, 144ª, 145ª, 146ª, 147ª, 148ª, 149ª, 150ª, 151ª, 152ª, 153ª, 154ª, 155ª, 156ª, 157ª, 158ª, 159ª, 160ª, 161ª, 162ª, 163ª, 164ª, 165ª, 166ª, 167ª, 168ª, 169ª, 170ª, 171ª, 172ª, 173ª, 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª, 179ª, 180ª, 181ª, 182ª, 183ª, 184ª, 185ª, 186ª, 187ª, 188ª, 189ª, 190ª, 191ª, 192ª, 193ª, 194ª, 195ª, 196ª, 197ª, 198ª, 199ª, 200ª, 201ª, 202ª, 203ª, 204ª, 205ª, 206ª, 207ª, 208ª, 209ª, 210ª, 211ª, 212ª, 213ª, 214ª, 215ª, 216ª, 217ª, 218ª, 219ª, 220ª, 221ª, 222ª, 223ª, 224ª, 225ª, 226ª, 227ª, 228ª, 229ª, 230ª, 231ª, 232ª, 233ª, 234ª, 235ª, 236ª, 237ª, 238ª, 239ª, 240ª, 241ª, 242ª, 243ª, 244ª, 245ª, 246ª, 247ª, 248ª, 249ª, 250ª, 251ª, 252ª, 253ª, 254ª, 255ª, 256ª, 257ª, 258ª, 259ª, 260ª, 261ª, 262ª, 263ª, 264ª, 265ª, 266ª, 267ª, 268ª, 269ª, 270ª, 271ª, 272ª, 273ª, 274ª, 275ª, 276ª, 277ª, 278ª, 279ª, 280ª, 281ª, 282ª, 283ª, 284ª, 285ª, 286ª, 287ª, 288ª, 289ª, 290ª, 291ª, 292ª, 293ª, 294ª, 295ª, 296ª, 297ª, 298ª, 299ª, 300ª, 301ª, 302ª, 303ª, 304ª, 305ª, 306ª, 307ª, 308ª, 309ª, 310ª, 311ª, 312ª, 313ª, 314ª, 315ª, 316ª, 317ª, 318ª, 319ª, 320ª, 321ª, 322ª, 323ª, 324ª, 325ª, 326ª, 327ª, 328ª, 329ª, 330ª, 331ª, 332ª, 333ª, 334ª, 335ª, 336ª, 337ª, 338ª, 339ª, 340ª, 341ª, 342ª, 343ª, 344ª, 345ª, 346ª, 347ª, 348ª, 349ª, 350ª, 351ª, 352ª, 353ª, 354ª, 355ª, 356ª, 357ª, 358ª, 359ª, 360ª, 361ª, 362ª, 363ª, 364ª, 365ª, 366ª, 367ª, 368ª, 369ª, 370ª, 371ª, 372ª, 373ª, 374ª, 375ª, 376ª, 377ª, 378ª, 379ª, 380ª, 381ª, 382ª, 383ª, 384ª, 385ª, 386ª, 387ª, 388ª, 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª, 394ª, 395ª, 396ª, 397ª, 398ª, 399ª, 400ª, 401ª, 402ª, 403ª, 404ª, 405ª, 406ª, 407ª, 408ª, 409ª, 410ª, 411ª, 412ª, 413ª, 414ª, 415ª, 416ª, 417ª, 418ª, 419ª, 420ª, 421ª, 422ª, 423ª, 424ª, 425ª, 426ª, 427ª, 428ª, 429ª, 430ª, 431ª, 432ª, 433ª, 434ª, 435ª, 436ª, 437ª, 438ª, 439ª, 440ª, 441ª, 442ª, 443ª, 444ª, 445ª, 446ª, 447ª, 448ª, 449ª, 450ª, 451ª, 452ª, 453ª, 454ª, 455ª, 456ª, 457ª, 458ª, 459ª, 460ª, 461ª, 462ª, 463ª, 464ª, 465ª, 466ª, 467ª, 468ª, 469ª, 470ª, 471ª, 472ª, 473ª, 474ª, 475ª, 476ª, 477ª, 478ª, 479ª, 480ª, 481ª, 482ª, 483ª, 484ª, 485ª, 486ª, 487ª, 488ª, 489ª, 490ª, 491ª, 492ª, 493ª, 494ª, 495ª, 496ª, 497ª, 498ª, 499ª, 500ª, 501ª, 502ª, 503ª, 504ª, 505ª, 506ª, 507ª, 508ª, 509ª, 510ª, 511ª, 512ª, 513ª, 514ª, 515ª, 516ª, 517ª, 518ª, 519ª, 520ª, 521ª, 522ª, 523ª, 524ª, 525ª, 526ª, 527ª, 528ª, 529ª, 530ª, 531ª, 532ª, 533ª, 534ª, 535ª, 536ª, 537ª, 538ª, 539ª, 540ª, 541ª, 542ª, 543ª, 544ª, 545ª, 546ª, 547ª, 548ª, 549ª, 550ª, 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª, 558ª, 559ª, 560ª, 561ª, 562ª, 563ª, 564ª, 565ª, 566ª, 567ª, 568ª, 569ª, 570ª, 571ª, 572ª, 573ª, 574ª, 575ª, 576ª, 577ª, 578ª, 579ª, 580ª, 581ª, 582ª, 583ª, 584ª, 585ª, 586ª, 587ª, 588ª, 589ª, 590ª, 591ª, 592ª, 593ª, 594ª, 595ª, 596ª, 597ª, 598ª, 599ª, 600ª, 601ª, 602ª, 603ª, 604ª, 605ª, 606ª, 607ª, 608ª, 609ª, 610ª, 611ª, 612ª, 613ª, 614ª, 615ª, 616ª, 617ª, 618ª, 619ª, 620ª, 621ª, 622ª, 623ª, 624ª, 625ª, 626ª, 627ª, 628ª, 629ª, 630ª, 631ª, 632ª, 633ª, 634ª, 635ª, 636ª, 637ª, 638ª, 639ª, 640ª, 641ª, 642ª, 643ª, 644ª, 645ª, 646ª, 647ª, 648ª, 649ª, 650ª, 651ª, 652ª, 653ª, 654ª, 655ª, 656ª, 657ª, 658ª, 659ª, 660ª, 661ª, 662ª, 663ª, 664ª, 665ª, 666ª, 667ª, 668ª, 669ª, 670ª, 671ª, 672ª, 673ª, 674ª, 675ª, 676ª, 677ª, 678ª, 679ª, 680ª, 681ª, 682ª, 683ª, 684ª, 685ª, 686ª, 687ª, 688ª

1992, 1993, tendo recebido pelo ano da morte de Othon de Almeida, 50%. Das despesas de Othon não foram 100% do ano anterior, que foram 30 milhões 300 mil 000 reais para o Conselho 35º Controlar os gastos em despesa para a Presidência de Othon de Almeida, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2

[illegible]

SOL AMERICA S.A.  
CNPJ 28.978.440/01-07  
RUA DA REFORMA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REINALDA  
DA SILVA 4, 30 JANEIRO DE 1912, LARANJEIRA, BA. FORMOSA DE  
MARIZ, CAROLINA. Arquivado em: JUCEC/PA nº: 09.01.12.000-0-0  
0278876. Valéria C.M. Gomes - Secretária Geral.

[illegible][illegible][illegible]

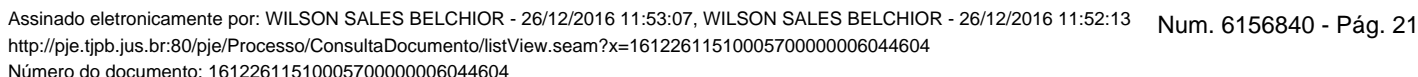


Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 26/12/2016 11:53:07, WILSON SALES BELCHIOR - 26/12/2016 11:52:13  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16122611510005700000006044604>  
 Número do documento: 16122611510005700000006044604

[illegible]



TOTAL DE CONDIÇÕES







ESTRADA E SÓCIEDADE  
ECONOMICAMENTE DESORDENADA  
LUIZ CARLOS DE JOTA

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1000-0712 (print)  
ISSN 1000-0712 (online) DOI: 10.1007/s11464-013-0215-5

## SUMMARY

Atto: Cartoler e Zemanabopet  
Annapolis: Souders e Fines

Arrière-Échappée à l'Époque  
Anticristienne. Souvenirs et  
Fragments de Documents.

### Associações, Sociedade

## ARIZONA WARRIORS COMBINATION

[illegible]

SPRINGDALE LIBR 945 CONCORDIA

[illegible]

## FERNANDES AMALIO ADMINISTRAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO E

[illegible]

## ACQUARO ALBERTO MARINO 24 500 15 LAVORO C.A.

[illegible]

PO BOX 100000 • DALLAS, TX 75210-0000 • TEL: 214-760-0100 • FAX: 214-760-0101  
 E-MAIL: [info@houstonjournal.com](mailto:info@houstonjournal.com) • [www.houstonjournal.com](http://www.houstonjournal.com)  
 CIRCULATION: 10,000 • PUBLISHED: MONDAY, SEPTEMBER 10, 2007 • \$5.00 PER COPY  
 POSTMASTER: THIS PUBLICATION IS MAILED AT THE SPECIAL RATE OF \$5.00 PER COPY  
 PERMIT NO. 100 • DALLAS, TEXAS • POST OFFICE BOX 100000 • DALLAS, TEXAS 75210-0000  
 SUBSCRIPTIONS: 1-800-451-7262 • CREDIT CARD ORDERS: 214-760-0100 • CASH ORDERS: 214-760-0101  
 ADVERTISING: 214-760-0100 • SALES: 214-760-0101 • CIRCULATION: 214-760-0102

DAVID BRASS, ACRONYMIZATION, INC.  
 EMP #: 3145190000100 - DATE: 10/16/2004

[illegible]LIBRARY OF THE U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR  
BUREAU OF LAND MANAGEMENT  
DENVER, COLORADO 80260

Ata do Conselho de Administração nº 120/2015 - 15/03/2015

| Date      | Company Name           | Price            | Yield         |
|-----------|------------------------|------------------|---------------|
| 1/27/2018 | Johnson, Pinnacle U.S. | \$94.877.327.11  | 10.254.170.00 |
| 1/27/2018 | 707 Small Stocks       | \$96.754.693.90  | 10.814.128.00 |
| 1/27/2018 | Johnson, Pinnacle U.S. | \$120.543.881.11 | 11.171.606.00 |
| 1/27/2018 | 707 Small Stocks       | \$127.501.010.00 | 10.514.000.00 |

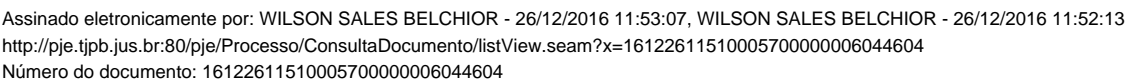
[illegible]

#### NEW CAMPERS & PARTICIPATING CLUBS

[illegible]

IMPRESSO





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 16hs, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Rosana Techima Salsano e Wady José Mourão Cury. Presente ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia; (ii) Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, tendo em vista que o atual diretor José Márcio Barbosa Norton atingiu a idade máxima de 66 (sessenta e seis) anos estabelecida por este Conselho como limite para o exercício do cargo de diretor da Companhia, eleger **Carlos André Guerra Barreiros**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á somente quando da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1 (um) ano, desta data até 25 de março de 2016, permanecendo no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor ora eleito declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estar inabilitado para tanto, nos termos da lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

Página 1 de 3






contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelas relações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra Barreiros, ocasião em que passará a ser exercida pelo mesmo); (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei n 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:**


Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.

**MESA DE TRABALHO:**



**Luiz Tavares Pereira Filho**  
Presidente



**Bernardo Dieckmann**  
Conselheiro



**Jabis de Mendonça Alexandre**  
Conselheiro



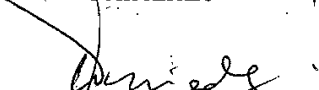
**Jorge de Souza Andrade**  
Conselheiro



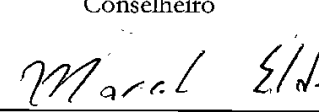
**André Leal Faoro**  
Secretário



**Celso Damadi**  
Conselheiro



**João Gilberto Possiede**  
Conselheiro





**Marcelo Goldman**  
Conselheiro

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

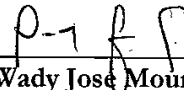
Página 2 de 3



  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira

  
Wady José Mourão Cury  
Conselheiro



[illegible]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 2012, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO. Certidão Arquivada na JUCERJA em 09.01.12 sob o nº 2279674. Valéria G.M. Serra - Secretária Geral

REALIZADA EM 15.12.2011 - SUMÁRIO

[illegible]

DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/ME nº 09.248.608/0001-04 - NIRE nº 33.3.0028479.

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS EM 23 DE MARÇO DE 2011.**

**Hora e Local:** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Anderson, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20631-205. Convocações: O presente ato foi realizado em conformidade com o Edital nº 001 de "Janerio", nas edições dos dias 10, 11 e 14 de março de 2011. Parte V, nas páginas 34, 15 e 14, respectivamente, e no "Jornal Valor Econômico", nas edições nos dias 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas B13, B8 e C7, respectivamente. Publicações Privadas: O presente ato foi publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas edições nos dias 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas BB, DB e B9/B10, tudo na forma Lei nº 6.424/76 e demais normas da Superintendência de Seguros Privados. Presença: Presenças de acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital votante: Ato de 23 de março de 2011, assinado pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Antônio Carlos de Oliveira, Diretor Geral, e pelo Registro de Presença, do Acionista da Companhia, Sr. Henrique

## ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

**ENVIO DE MATERIAS:** As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema e-dof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rn ou Niterói.

**PARTE I - PODER EXECUTIVO.** Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados a *Assessoria para Preparo e Publicação dos Atois Oficiais* - 5 Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22 231-901 - Tel.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

**AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ:** Atendimento das 09:00 às 17:00 horas

|   |   |
|---|---|
| <b>RIO</b> - Rua São José, 35, sl. 222/24<br>Edifício Garagem Menezes Cortes<br>Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550<br>e Fax: 2332-6649 | <b>NITERÓI</b> - Shopping Osx Market<br>3º piso, loja 321, Centro, Niterói, RJ<br>Tels.: (0xx21) 2719-2683, 2719-2693<br>e 2719, 2705 |
|---|---|

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO cm/col \_\_\_\_\_ R\$ 132,00  
cm/col para Municipalidades \_\_\_\_\_ R\$ 22,00

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:** Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

|  |                |
|--|----------------|
| ASSINATURA NORMAL                                    | R\$ 284,00     |
| ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS                              | R\$ 199,00 (*) |
| ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)       | R\$ 199,00 (*) |
| FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 199,00 (*) |

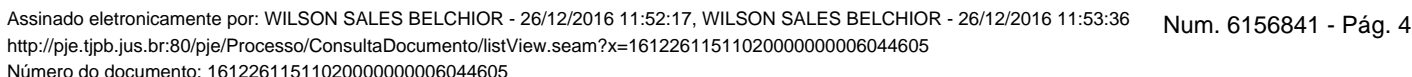
(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas Agências, e nas Agências credenciadas do Banco ITAU. Cópias de exemplares atrasados poderão ser adquiridas à rua Professor Heitor Carniêo nº 81, Centro - Niterói, RJ.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Heitor  
Carnilho nº 81, Centro - Niterói, RJ CEP 24.030-230 Tel.: (0xx21) 2717-4141 • PABX  
• Fax (0xx21) 2717-4348

[www.impressaooficial.ri.gov.br](http://www.impressaooficial.ri.gov.br)

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844625 das 9h às 18h.





[illegible]



[illegible]

**RESUMO CONTRATO SOCIAL:** SÓCIOS: JOÃO GUILHERME FIUSA RODRIGUES ESTRELLA (CPF: 754.737.987-72), FRINCA SOUZA BRANDÃO (CPF: 594.535.917-34), JOSÉ PAULO LYRA DA SILVA (CPF: 684.127.577-91) E FLÁVIO GOMES FILHO (CPF: 407.776.857-87). OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E À SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS, DEPENDI-



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2





diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reter as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

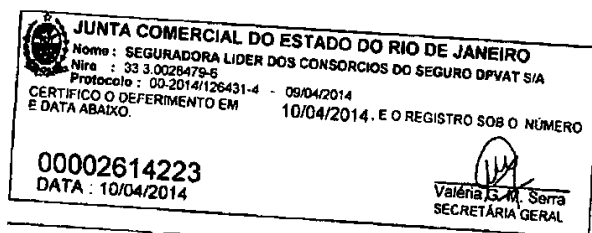
**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

**Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia**

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

  
André Leal Faoro  
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2





03  
837

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germano Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiede, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Juvêncio Cavalcante Braga, Sidney Maury Sentoma, Marcelo Goldman e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcantara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam a reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Barbosa Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como **Diretor-Presidente da Companhia**; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01.984.230-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012

Página 1 de 2





02  
01

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e diretor designado responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da lei nº 9.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalho - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Acatauassú Xavier - Diretor Presidente reeleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor reeleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor reeleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor reeleito; (ass.) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor reeleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

*André Leal Faoro*

André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012  
Página 2 de 2



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
(em organização)

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
realizada em 10 de Outubro de 2007.

**1. DATA, HORA E LOCAL:**

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**2. PRESENÇA:**

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lauro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Momesso, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

**3. ORDEM DO DIA:**

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

**4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/IFP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e **REGINA MARIA RANGEL FARIAS**, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembléia geral extraordinária, caso



exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembléia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.


## 5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES


(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de sua eleição na Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

## 6. ENCERRAMENTO:

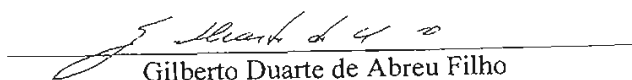
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007

  
Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente do Conselho

  
André Leal Faoro  
Secretário

  
Casimiro Blanco Gómez

  
Gilberto Duarte de Abreu Filho

  
Idacelmo Mendes Vieira

  
Juvêncio Cavalcante Braga

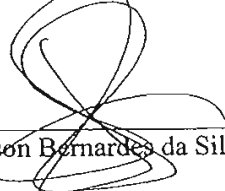
  
Lauro Magno Agrizzi



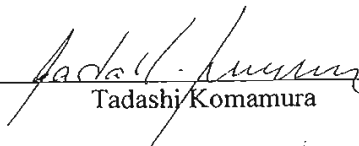
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



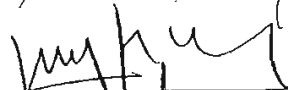
Luiz Tavares Pereira Filho



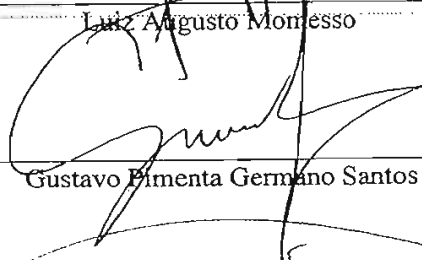
Emerson Bernardes da Silva



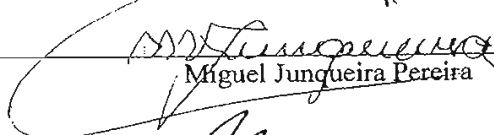
Tadashi Komamura



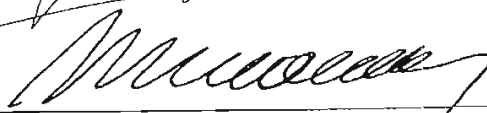
Luiz Augusto Montesso



Gustavo Pimenta Germano Santos



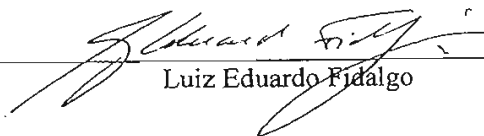
Miguel Junqueira Pereira



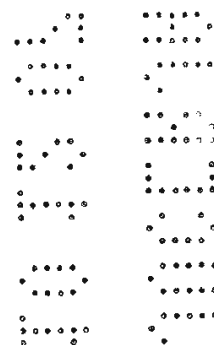
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti



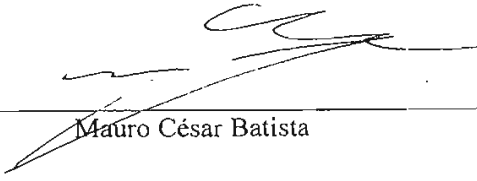
Júlio Cezar Alves de Oliveira

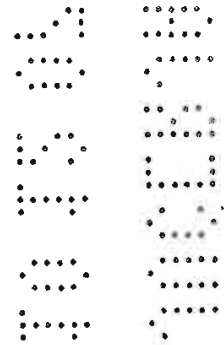


Luiz Eduardo Fidalgo



Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

  
\_\_\_\_\_  
Mauro César Batista



   
4



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 3 e 4.**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10 E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 1 de 20



**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

**Considerando:**

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

**CONVENCIONAM** entre si, o que se segue:


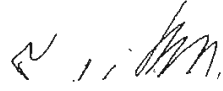
**Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 13 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

**Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 9 de 20





categorias 1, 2, 9 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

### **Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO**

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### **Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE**

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, o critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 10 de 20



futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

#### Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

5.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" é de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 11 de 20



#### **Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

#### **Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### **Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### **Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### **Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA**

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 12 de 20

*[Assinaturas manuscritas]*



convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembléias.

11.2 - Nas assembléias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembléias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembléias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

#### **Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

#### **Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua

Ata da Assembléa de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 13 de 20



responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembléia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembléia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### **Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### **Cláusula 15ª – VIGÊNCIA**

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### **Cláusula 16ª - FORO**

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. “

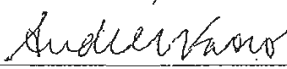
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 15 de 20

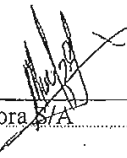



Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

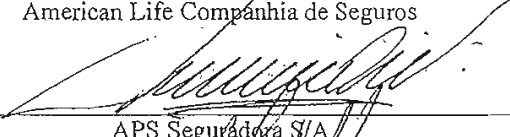
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

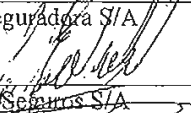
  
Presidente da Mesa

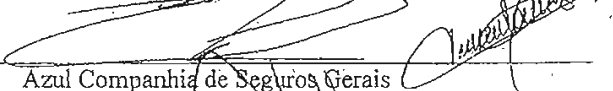
  
Secretário da Mesa

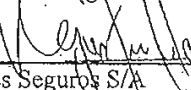
  
ACE Seguradora S/A

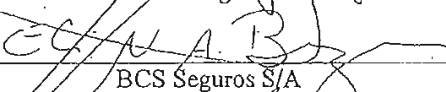
  
American Life Companhia de Seguros

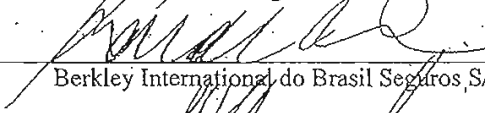
  
APS Seguradora S/A

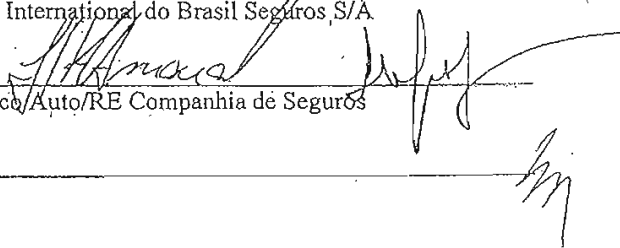
  
Aurea Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Banestes Seguros S/A

  
BCS Seguros S/A

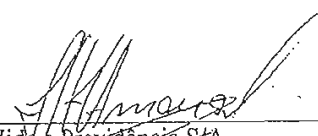
  
Berkley International do Brasil Seguros S/A

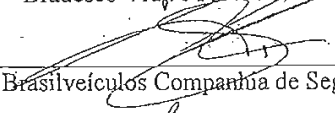
  
Bradesco/Auto/RE Companhia de Seguros


Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20



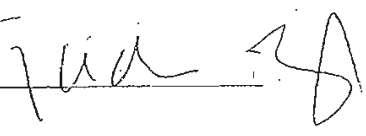


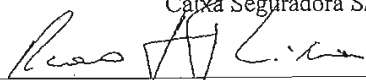
  
Bradesco Vida e Previdência S/A

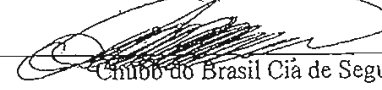
  
Brasilveículos Companhia de Seguros

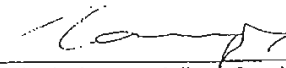
  
BVA Seguros S/A

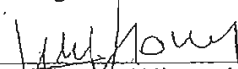
Thierry Claudon  
Diretor-Presidente


  
Caixa Seguradora S/A


  
Centauró Vida e Previdência S/A


  
Chubb do Brasil Cia de Seguros

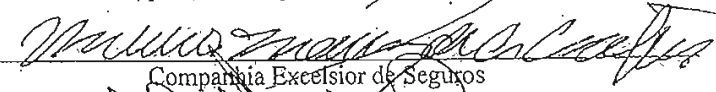
  
Cia de Seguros Minas Brasil


  
PP Companhia de Seguros Aliança da Bahia

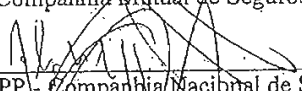
  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

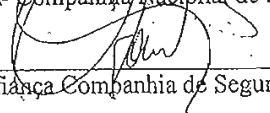
  
Companhia de Seguros Gralha Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Excelsior de Seguros

  
Companhia Mutual de Seguros

  
CONAPP - Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 17 de 20



~~CONESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Pinasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

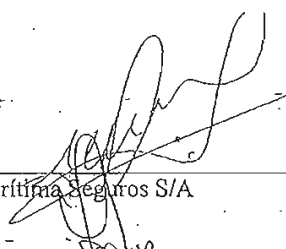
Java Nordeste Seguros S/A


Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

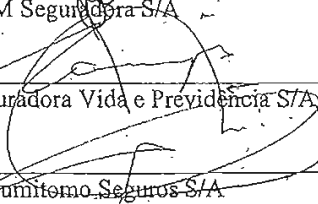
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

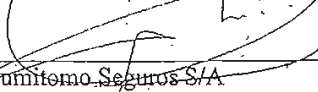
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 18 de 20

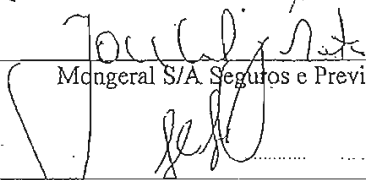


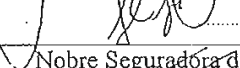
  
Marítima Seguros S/A

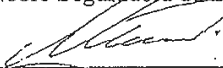
  
MBM Seguradora S/A

  
Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

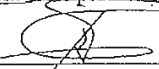
  
Mitsui Sumitomo Seguros S/A

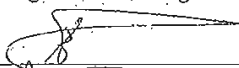
  
Mongeral S/A Seguros e Previdência

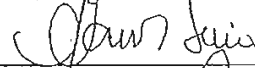
  
Nobre Seguradora do Brasil S/A

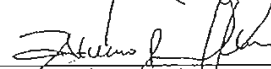
  
Panamericana de Seguros S/A

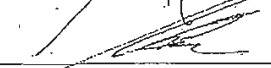
  
Paraná Companhia de Seguros

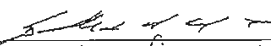
  
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

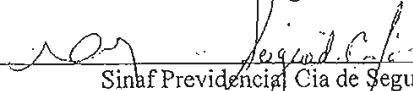
  
Porto Seguro Vida e Previdência S/A

  
PQ Seguros S/A

  
PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

  
Safra Vida e Previdência S/A

  
Santander Seguros S/A

  
Sinaf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 19 de 20



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome: CONSORCIO DE OPERACAO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS  
 PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA  
 TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 E 4  
 Registro de Consórcio - 15/01/2008  
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008  
 DATA ABaixo

33.5.06022 15-9  
 DATA 18/01/2008

Valéria S.M. Serra  
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG Brasil Cia de Seguros

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização  
 Interviente-Anuente

Testemunhas

Qualificação Ricardo de Sá Acaiares Xavier  
 RG. 03.891.764-7 (Detran/SSP-RJ) CPF: 728.150.557-53

Qualificação Marcelo Dantas Loren  
 RG 19442307-2 (SSP-RJ)  
 CPF 132.870.908-06

VISTO DE ADVOGADO  
 GUSTAVO FRANCO PACHECO  
 OAB/RJ 138.392  
 Gustavo Franco Pacheco  
 Advogado  
 OAB/RJ 138.392

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
 Fl. 20 de 20



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 1,2, 9 e 10**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembléia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembléia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembléias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,  
9 e 10.**

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 1 de 20



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

#### Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

#### Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 2 de 20



### Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

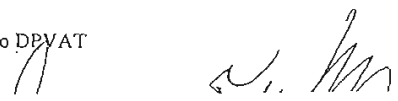
4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 3 de 20





#### Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 – 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 – A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 – Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

#### Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 4 de 20



Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

#### Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros, qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 5 de 20

17

✓

13



11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

#### **Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

#### **Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 6 de 20



13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número o em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 7 de 20



13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9 e 10,

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso.”

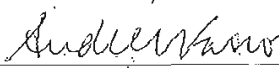
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 8 de 20





Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes:

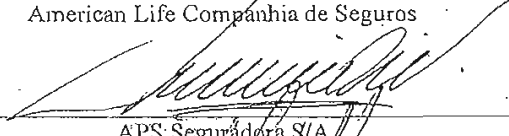
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

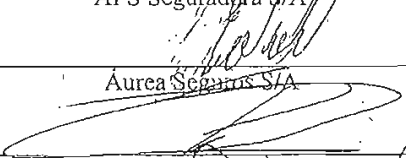
  
Presidente da Mesa

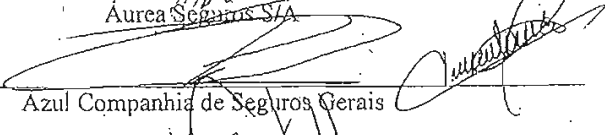
  
Secretário da Mesa

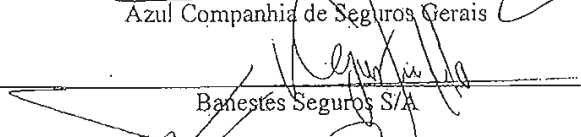
  
ACE Seguradora S/A

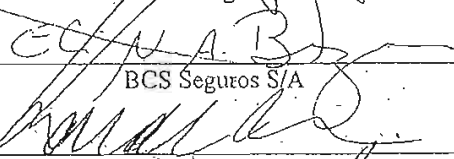
  
American Life Companhia de Seguros

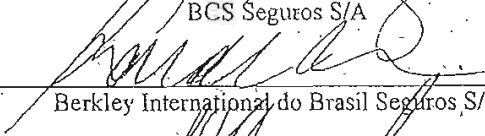
  
APS Seguradora S/A

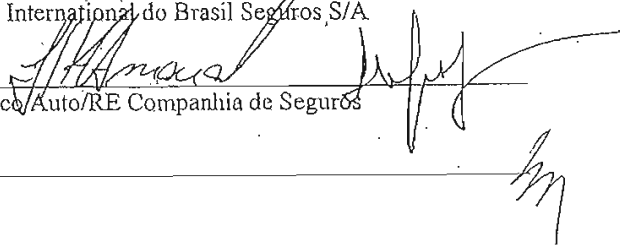
  
Aurea Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Banestes Seguros S/A

  
BCS Seguros S/A

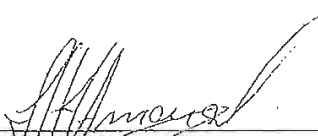
  
Berkley International do Brasil Seguros S/A

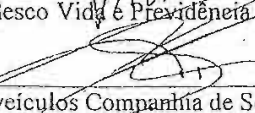
  
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

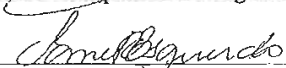
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20



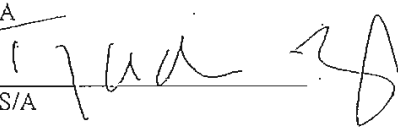


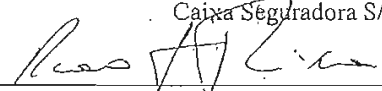
  
Bradesco Vida e Previdência S/A

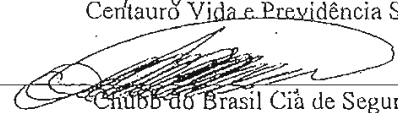
  
Brasilveículos Companhia de Seguros


  
BVA Seguros S/A

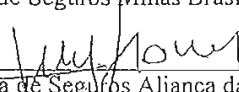
Thierry Claudon  
Diretor-Presidente

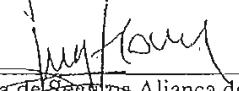
  
Caixa Seguradora S/A


  
Centauró Vida e Previdência S/A

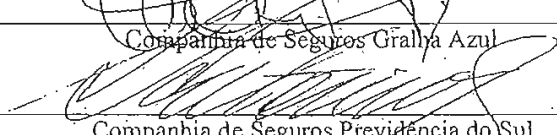
  
Chubb do Brasil Cia de Seguros

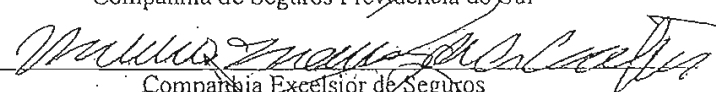
  
Cia de Seguros Minas Brasil

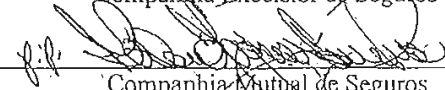
  
Companhia de Seguros Aliança da Bahia

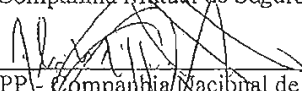
  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

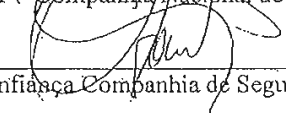
  
Companhia de Seguros Gralha Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Excelsior de Seguros

  
Companhia Mutual de Seguros

  
CONAPP- Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 17 de 20



~~CDSE-SP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A


Java Nordeste Seguros S/A

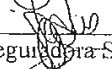
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

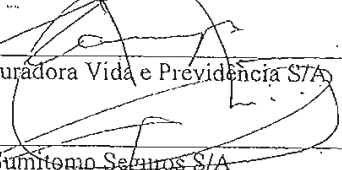
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

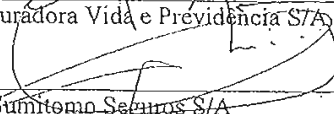
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 18 de 20

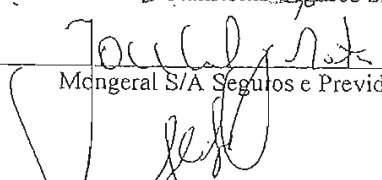


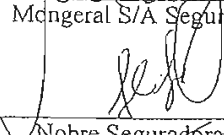
  
Marítima Seguros S/A

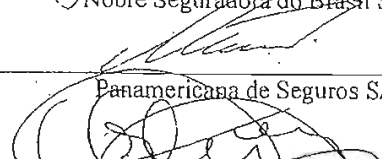
  
MBM Seguradora S/A

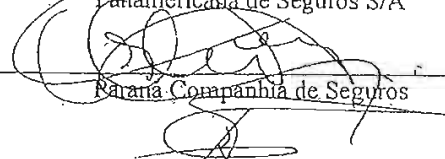
  
Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

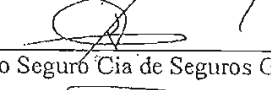
  
Mitsui Sumitomo Seguros S/A

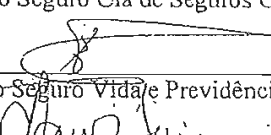
  
Mongeral S/A Seguros e Previdência

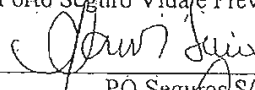
  
Nobre Seguradora do Brasil S/A

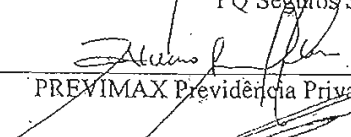
  
Panamericana de Seguros S/A

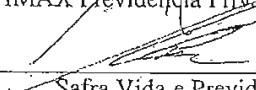
  
Paraná Companhia de Seguros

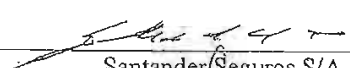
  
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

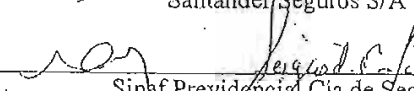
  
Porto Seguro Vida e Previdência S/A

  
PQ Seguros S/A

  
PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

  
Safra Vida e Previdência S/A

  
Santander Seguros S/A

  
Sinaf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONSORCIO DE SEGUROS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE-DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2,3 E 111

Protocolo: 00-2008/007838-8 - 17/01/2008 - E O REGISTRO SOB O N° 13 E

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008

DATA: 18/01/2008

33.5.0002214-1

Valeria Lima Serra  
SECRETARIA GERAL

~~Sul American Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG BRASIL CIA DE SEGURANCA

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização  
Interviente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação Ricardo de Sá Azeiteiro Xavier  
RG: 03.891.264-7 (Distrito 1557-23) CPF: 728.150.517-53

Qualificação Marcos Paulo de Souza  
RG: 19442307-2 (SSP-SP)  
CPF: 132.870.808-08

VISTO DE ADVOGADO  
GUSTAVO FRANCO PACHECO  
OAB/RJ 138.392  
Gustavo Franco Pacheco  
Advogado  
OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 20 de 20



ATAS, CERTIDÕES E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Associações, Sociedades e Firms

[illegible]

# ODEBRECHT

Odebrecht TransPort S.A.

NIRE 3330020263-2  
JMF n° 11.547.787/0001-22

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** - Dia, hora e local: Em 13 de setembro de 2010, às 12 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, bairro Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-040. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assistências listadas no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: Dispensada: 124, 5%, da Lei nº 6.404/76. Mesa: Presidente: Presidente da Assembleia: Profiler Maffei, Secretária: Deliberações: 1º) Autorizada a abertura da presente ata na forma do sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; 2º) Aprovação e registro da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 2010, realizada em 16 de agosto de 2010, às 10:00 horas, pelo Conselho de Administração e integralizada pela Assembleia Ordinária Odebrecht S.A. ("COB"), mediante a conferência, em integração de capital, de bens de propriedade de relíquia acionista representados por (i) ações de reserva, títulos, certificados e quotas e uma mil e oitenta e três ações ordinárias, e (ii) ações de reserva de capital e ações de reserva dos Coqueiros: S.A., sociedades controladas e em caráter de

## SUMÁRIO

### Atas, Certidões e Demonstrações


Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Filmas.

Extravio de Documentos .....  
Leilões Extrajudiciais .....

**Órgãos da Representação Profissão**

[illegible][illegible]

 PROSPER S/A CORRETORA DE VALORES E CAMBIO  
CNPJ nº 36.178.887/0001-50  
NIRE nº 33300020102

[illegible]

SEGUROADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04

NIRE Nº 33.3.0028479-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010, em 2010, Hora e Local: Aos 17 (dezoito) dias do mês de março do ano de 2010, às 14 horas, no local da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, edifício, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20031-205, Convocação: O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nos dias 8, 9 e 10 de março de 2010, nas páginas 10, 11 e 12, respectivamente. O Jornal Valor Econômico, nos dias 8 e 9 de março de 2010, nas páginas B2, B5 e B7, respectivamente, Publicações Prévias: O Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, o Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício de 2009, o Relatório de Sustentabilidade e o Relatório de Governança, foram publicados nas páginas 10 e 13 da edição de 26 de fevereiro do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e nas páginas 10 e 17 da edição de 26 de fevereiro de 2010 do "Jornal Valor Econômico". O Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Superintendência de Seguros Privados nº 6.678 e demais comunicados de convocação foram publicados no Diário Oficial do Superintendência de Seguros Privados nº 6.678 e demais comunicados de convocação representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Participação dos Acionistas da Companhia. Presentes Ricardo de Sá Almeida e Silva, Diretor-Presidente, Paulo Roberto de Almeida Medeiros de Miranda, representante Diretor-Presidente, Paulo Roberto de Almeida Medeiros, representante da empresa do acionista externo Princesa



terbousaCoopers, para os fins e efeitos do §1º da Lei nº 6.404/76. Ordem do Dia: (II) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração referente ao exercício de 2009, acompanhado das demonstrações financeiras independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; (III) Destinação do lucro líquido do exercício de 2009; (IV) Distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) com base no lucro líquido ajustado, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2009; (V) Eleição dos membros do Conselho de Administração e de liberação sobre a Remuneração Global da Administração para o ano de 2010; (VI) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e (VII) Ratificação das designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme determinação da Carta-Circular SUSEP/DECON/AGDA nº 0506, Mesa de Trabalho: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Luiz Faoro, Diretor-Geral; Tomada: Por ocasião do início dos trabalhos, os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a lavatura da presente ata na forma sumária e a sua publicação com a emissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do §1º e §2º da Lei nº 6.404/76, respectivamente. Passando à ordem do dia, os acionistas deliberaram: (I) Aprovar, por unanimidade, o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; (II) Aprovar, por unanimidade, a proposta de distribuição do lucro líquido do exercício de 2009, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), calculados com base no lucro líquido ajustado, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2009. Os acionistas manifestaram preocupação com a ausência de registro tarifário para o ano de 2010, apesar dos estudos apresentados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que demonstram a sua necessidade; (III) Eleger, por unanimidade, para ocupar os cargos de conselheiros do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Luiz Tavares Pereira Filho, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 22.832, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF nº 005.254.794-07, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Carlos Eduardo Corrêa do Lago, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 11.053.853, expedido pela CREARJ, inscrito no CPF nº 001.290.307-25, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (II) João César Alves de Oliveira, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 373.024, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Geraldo Afonso Doreza de Silva, brasileiro, casado, bancário, titular do documento de identidade nº 558.319-06, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Gustavo Clemente Germano Santos, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 06.182.310-4, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 009.041.017-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Bernardo Diekmann, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 100.184.155, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 006.886.347-79, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (4) Jorge de Souza Andrade, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 042.580.755, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 003.296.727-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Nelson Roberto Andrade de Mattos, brasileiro, advogado, titular do documento de identidade nº 85.246, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF nº 001.290.307-25, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (5) Casimiro Blanco de Almeida, brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 3.254.887-04, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Sidney Maury Sentinella, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 335.874-3, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 001.290.307-25, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (6) Isael Abe, japonês, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 056.226.179-0, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marcelo Goldman, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 05.626.179-0, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (7) Juvêncio Cavalcante Braga, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 258.267.161-48, residente e domiciliado em Brasília, como titular, e Antônio Eduardo Marques da Figueiredo Trindade, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 23.400.861-0, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (8) André Luiz Faoro, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 35.700.664-1, expedido pela

SSP/RJ, inscrito no CPF nº 009.227.807-70, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Laércio dos Santos Viciosa, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 14.089.528-0, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 007.332.158-93, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (11) Muelo Novas de Albuquerque Cavalcanti, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 003.656.054-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Jorge Carvalho, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 1.122.551, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 005.888.817-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (12) João Gilberto Posselt, brasileiro, viúvo, secretário, titular do documento de identidade nº 159.780-9, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 003.576.788-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Paulo de Oliveira Medeiros, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 6.415.818-X, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 008.953.316-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (13) Ricardo José Iglesias Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº 1.102.754-7, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 491.369.338-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e José Carlos Lyrio Rocha, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 214.170-X, expedido pela CRE - 47, REGARJ, inscrito no CPF nº 066.410.487-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (14) Marivaldo Medeiros, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 743.852, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 003.088.829-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Luiz Eduardo Fidalgo, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 783.470-147-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; e (15) Frederico Barrolo, italiano, divorciado, secretário, titular do RNE nº V2509688, expedido pela SEDPM/DF, inscrito no CPF nº 055.180.447-45, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Eui Numa de Almeida Barreto, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 318.537-6, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 001.290.307-25, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. A publicação da Declaração de Propriedade relativa aos conselheiros que não integram a Administração da Companhia foi publicada nas edições do Jornal Valor Econômico (Edição Nacional), nos dias 15 de março de 2010, nas páginas C11 e C14, e no Diário Oficial da União, Seção 3, também nos dias 15 e 16 de março de 2010, nas páginas 193 e 165, respectivamente. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos terão prazo de mandato até à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2011, por manuseio em seus cargos até à investidura dos novos administradores. A posse dos membros do Conselho de Administração dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho de Administração da Companhia, a ser realizada ainda nesta data. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos dependem da aprovação da Assembleia Geral para a validação de sua eleição dependente da aprovação dos eleitos declarando não estarem incurso em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem sujeitos a qualquer processo em curso, em qualquer das Resoluções nºs 652/2001 e 1362/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. No tocante ao processo de eleição dos membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral, do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.37-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 008.211.147-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marivaldo Tadeu Di Giorgio, brasileiro, separado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.787.447-8, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (2) Lucio Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.081, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 010.816.195-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Antonio Carlos Macedo Muniz, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 493.520-1-4, expedido pelo Ministério do Exterior, inscrito no CPF nº 224.508.077-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Li-Edna Graça do Sul, como seu respectivo suplente, e (4) Jiliane Joanna Baldacci, brasileira, divorciada, secretária, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-RJ, inscrita no CPF nº 008.882.826-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Roberto Chamberlain de Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075.822.300-4, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho de Administração para o ano de 2010, será de 10% da remuneração média, por atividade dos diretores da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2011. A posse dos membros do Con-

selho Fiscal dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho Fiscal da Companhia, a ser realizada ainda nesta data. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos dependem da aprovação dos eleitos declarando não estarem incurso em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem sujeitos a qualquer processo em curso, em qualquer das Resoluções nºs 652/2001 e 1362/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Em relação à eleição dos membros do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.37-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 008.211.147-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marivaldo Tadeu Di Giorgio, brasileiro, separado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.787.447-8, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (2) Lucio Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.081, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 010.816.195-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Antonio Carlos Macedo Muniz, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 493.520-1-4, expedido pelo Ministério do Exterior, inscrito no CPF nº 224.508.077-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Li-Edna Graça do Sul, como seu respectivo suplente, e (4) Jiliane Joanna Baldacci, brasileira, divorciada, secretária, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-RJ, inscrita no CPF nº 008.882.826-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Roberto Chamberlain de Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075.822.300-4, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho de Administração para o ano de 2010, será de 10% da remuneração média, por atividade dos diretores da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2011. A posse dos membros do Con-

selho Fiscal dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho Fiscal da Companhia, a ser realizada ainda nesta data. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos dependem da aprovação dos eleitos declarando não estarem incurso em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem sujeitos a qualquer processo em curso, em qualquer das Resoluções nºs 652/2001 e 1362/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Em relação à eleição dos membros do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.37-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 008.211.147-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marivaldo Tadeu Di Giorgio, brasileiro, separado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.787.447-8, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (2) Lucio Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.081, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 010.816.195-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Antonio Carlos Macedo Muniz, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 493.520-1-4, expedido pelo Ministério do Exterior, inscrito no CPF nº 224.508.077-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Li-Edna Graça do Sul, como seu respectivo suplente, e (4) Jiliane Joanna Baldacci, brasileira, divorciada, secretária, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-RJ, inscrita no CPF nº 008.882.826-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Roberto Chamberlain de Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075.822.300-4, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF nº 005.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho de Administração para o ano de 2010, será de 10% da remuneração média, por atividade dos diretores da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2011. A posse dos membros do Con-

**DIÁRIO OFICIAL**  
PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATERIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof ou em envelopes em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e redações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhadas à Assessoria de Imprensa e Comunicação da Prefeitura Municipal - Rua Pinheiro Machado s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22211-901 - Tel.: (0xx21) 2334-3242, e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 08:00 às 17:00 horas  
Rua São José, 35, 22224-110 Niterói - Shopping Bay Market - Edifício Garagem, Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22211-901 - Tel.: (0xx21) 2334-3242, e 2334-3244

PREÇO PARA CADA PUBLICAÇÃO: R\$ 132,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS: Devem ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Haroldo Zager Faria Tinoco  
DIRETOR-GERAL

Jorge Narciso Pores  
DIRETOR-INDUSTRIAL

Reato de Oliveira Freitas  
DIRETOR-ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

**Parte V - Publicações a Pedido**

**ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL**

|  |                |
|--|----------------|
| ASSINATURA NORMAL                                    | R\$ 284,00     |
| ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS                              | R\$ 199,00 (*) |
| ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)       | R\$ 199,00 (*) |
| FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 199,00 (*) |

(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

OBS: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para os funcionários públicos (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do termo contra-cheque.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não presta serviços de venda de jornais e revistas, nem de distribuição em domicílios e empresas, e não aceita encomendas de jornais e revistas para serem entregues em domicílios e empresas.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marquês de D. D. 28, Centro - Niterói, RJ, CEP 24030-170. Tel.: (0xx21) 2717-4141 FAX: (0xx21) 2717-4346

www.imprensaoficial.rj.gov.br



### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **ACE SEGURADORA S/A**; **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL SEGURADORA S/A**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **CIA MUTUAL DE SEGUROS**; **COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ BMG SEGURADORA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **J. MALUCELLI SEGUROS S/A**; **MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PQ SEGUROS S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **QBE BRASIL SEGUROS S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **VIDA**



SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos **Drs. ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o número 8.502 e no CPF sob o número 368.445.513-04, **DEBORAH SALES BELCHIOR**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/CE sob o número 9.687 e no CPF sob o número 441.902.983-87, **CAIO CESAR VIEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o número 15.095 e no CPF sob o número 632.505.193-91, e **WILSON SALES BELCHIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE sob o número 17.314 e no CPF sob o número 629.286.943-15, integrantes da sociedade **ROCHA, MARINHO E SALES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, com escritório profissional na Av. Agamenon Magalhães, 4575, Edifício Empresarial Nassau, Salas 1101/1102, CEP 50.070-160, Boa Vista, Recife, Pernambuco, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015.

Valdir Dias de Sousa Júnior

17º Ofício de Notas  
Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 62 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21074308

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR  
Cod: X00003327007  
Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015. Conf: por: Serventia : 4,30  
Em testemunha da verdade. 36% TJ+FUNDO : 1  
Total : 5,30

PAULA CRISTINA A.O. GASPARI  
RG-75166 TET Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º Ofício de Notas RJ  
CNPJ 09.248.608/0001-04  
Escritório  
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94



## PROCURAÇÃO

**MAPFRE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, por seus representantes legais ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

  
Orival Grahl  
Diretor Jurídico



**21º Tabelião de Notas**  
**São Paulo - Capital**  
 Luiz Affonso Spagnuolo Medina - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) S/ VALOR  
 ECONOMICO de: BRIVAL GRUHL, a qual confere cpa  
 poderão depositado em cartório.  
 São Paulo, 04/03/2015 - 11:48:07  
 Seg: CD560700 Em Testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.  
 Total R\$: 4,75  
 VERA LUCIA DOS SANTOS - Escrevente

R. Libero Badurjo, 126 - CEP: 01008-910 - Cj. Juc - São Paulo - SP  
 Tel: (11) 3291-9500 - Fax: (11) 3291-9501





(Subsidiária Integral)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2013

AUTENTICACAO  
NO VERSO

CNPJ/MF nº 01.340.937/0001-79 - NIRE 35.300.180.712

IRMANDADE DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE MARÍLIA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes do Cuiabá, Santos, São Vicente, Guaranjá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá e Itanhaém, Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, para o comparecimento no dia 12 de novembro de 2013 às 18:00hs em primeira e às 19:00hs em segunda convocação, em sua sede social, à Av. Senador Pinheiro Machado, 77 - Vila Matheus - Santos - SP, para em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1-Leitura, discussão e votação da Previsão Orçamentária para o exercício de 2013 com parecer do Conselho Fiscal, Santos - 12 de novembro de 2013. Herbert Passos Filho - Presidente.

Intermédica Sistema de Saúde S/A torna público que recebeu da CETESB agência ambiental Pinheiros a Licença de Operação nº 45005860, válida até 31/10/2017, pHospital localizado na Praça Marechal Deodoro, 149 e 151, Santa Cecília, São Paulo - SP, CEP 01.150-011.

COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA toma público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação nº 4005459, válida até 29/10/2018, para Fabricação de Refrigerantes à Av. Dom Pedro I, 2270, Coca Cola, Ipiranga, Ribeirão Preto.





CNPJ: 61.074.175/0001-38 - NIRE: 3530004292-1

continua —

Num. 6156845 - Pág. 5

21º TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
Rua Lúcio Baduró, 156 - 1º andar  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia extraída, nestas  
notas, conforme a original apresentada, por fé.

S. Paul. 14 ABR. 2016

Rudnei Payao

Valido somente com o  
selo de autenticidade  
CÓPIAS PAGOS POR VERBA - AUT. R\$ 2,80





- 8 - continuação

**Participações S.A. Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **CAPÍTULO VI. COMITÊ DE AUDITORIA** - Artigo 19 - A Companhia será supervisionada pelo Comitê de Auditoria da Maple BB S&P Participações S.A., o qual, nos termos do art. 14 da Resolução SUSEP nº 118, de 22/12/2004 e legislação posterior, servirá a todas as sociedades supervisionadas integrantes do conglomerado financeiro do qual a instituição é a Maple BB S&P Participações S.A. **CAPÍTULO VII. ACORDO DE ACIONISTAS** - Artigo 20 - O acordo de acionistas deve ser registrado na sede da Companhia, que estabelecerá as condições de compra e venda de suas ações, e o direito de preferência na sua compra, o exercício do direito de voto ou do poder de controle ou, ainda, outras ações, sendo sempre observados pela Companhia o "Acordo de Acionistas". Artigo 21 - Os administradores deverão cumprir e zelar pelo cumprimento dos Acordos de Acionistas e dos planos de negócios e organogramas anuais aprovados nos termos do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social. **CAPÍTULO VIII. EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS** - Artigo 22 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 23 - A Diretoria deverá deliberar, no prazo máximo de dois meses a partir do fechamento de cada exercício, sobre as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício. **Parágrafo Único** - Após a aprovação e manifestação dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, caso esteja instalado, nos termos da lei, as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária. Artigo 24 - O lucro líquido apurado em cada exercício terá o seguinte orden de aplicação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição

da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, em proporção dos lucros da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório da companhia única, no montante equivalente a 25% do lucro líquido do exercício; e (iv) no restante, em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excedente à constituição de Reserva de Lucros a Realizar. Artigo 25 - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá levantar balancetes intermediários, bem como levantar dividendos ou juros sobre o capital próprio a conta de lucros apurados nesses balancetes ou de reservas de lucros existentes. Artigo 26 - A Companhia poderá pagar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observados a taxa e os limites estabelecidos na legislação fiscal. O valor pago aos adquirentes de ações da Companhia será deduzido do valor do dividendo líquido em benefício da Companhia. **CAPÍTULO IX. DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO** - Artigo 27 - A Companhia será dissolvida nos casos estabelecidos pela lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Único** - A própria Assembleia Geral de Acionistas estabelecerá a forma que se dará a dissolução, nomeando, para tanto, um ou vários liquidadores, cujo número deverá ser sempre, ímpar. Artigo 28 - A liquidação da Sociedade se dará nos casos estabelecidos na legislação aplicável. **CAPÍTULO X. FORT** - Artigo 29 - Fica eleito o foro da comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Estatuto Social. **Notas** - Eduardo dos Santos Ferreira - Presidente, Roberto Barroso - Secretário.

**ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A.**

CNPJ/MF nº 12.773.558/0001-99 - NIRE 35.300.438.562

Extrato da Ata da Reunião de Diretoria Executiva

**Data, Hora e Local:** 12/12/12, às 11h, na sede social, Presença: Comparceiram à Reunião a totalidade dos membros da Diretoria. **Massa Diretiva:** Presidente: Miguel N. Abdalla Saad, Secretário: Eliana de F. Frázio, Deliberadores: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Art. 17, inciso IX, do Estatuto Social da Cia, e 2ª emissão, para distribuição pública com estornos restritos de colação ("Emissão" e "Colação", respectivamente), de NPS comerciais, nos termos do ICVM nº 134, de 17/11/90, no ICVM nº 155, de 7/08/91 e do ICVM nº 476, de 18/04/99, as quais terão as seguintes características e condições: (a) Valor Total da Emissão e Data de Emissão: serão de R\$ 57.500.000,00 na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (b) Número de Séries: única; (c) Quantidade de Títulos: até 60 NPS comerciais ("NPS"); (d) Valor Nominal Unitário: no valor de R\$ 11.500.000,00; (e) Formas as NPS serão emitidas fisicamente, em forma cartular, sendo sua circulação por endosso em preto, de mera transferência de titularidade e licenças depositadas no banco mandatário e ser controlado pela Cia; (f) Garantia: as NPS controladas eletronicamente no CETIP21, o extrato em nome dos titulares das NPS emitido pela CETIP, Encerramento: Lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Diretores Presentes:** Miguel N. Abdalla Saad, Diretor Presidente; Marcelo A. G. Souza, Diretor Financeiro; João Miguel M. Martin, Diretor de Gestão; Tarciso Borelli Jr., Diretor de Sustentabilidade e Márcio A. Severi, Diretor de Regulação e Comercialização. SP, 12/12/12, Eliana de F. Frázio - Secretária. **Conforme o § 3º do Art. 130 da Lei das S.A. nº 6.404 de 15/12/76, a íntegra dessa informação encontra-se disponível na página da Internet da Companhia, sob o endereço eletrônico: www.jucesp.br/551.23112-7 em 20/12/12. Gisela S. Ceschin - Sec. Geral.**

**ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A.**

CNPJ/MF nº 12.963.860/0001-10 - NIRE 35.300.438.574

Extrato da Ata da Reunião de Diretoria Executiva

**Data, Hora e Local:** 12/12/12, às 11h, na sede social, Presença: Comparceiram à Reunião a totalidade dos membros da Diretoria. **Massa Diretiva:** Presidente: Miguel N. Abdalla Saad, Secretário: Eliana de F. Frázio, Deliberadores: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Art. 17, inciso IX, do Estatuto Social da Cia, e 2ª emissão, para distribuição pública com estornos restritos de colação ("Emissão" e "Colação", respectivamente), de NPS comerciais, nos termos do ICVM nº 134, de 17/11/90, no ICVM nº 155, de 7/08/91 e do ICVM nº 476, de 18/04/99, as quais terão as seguintes características e condições: (a) Valor Total da Emissão e Data de Emissão: serão de R\$ 57.500.000,00 na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (b) Número de Séries: única; (c) Quantidade de Títulos: até 60 NPS comerciais ("NPS"); (d) Valor Nominal Unitário: no valor de R\$ 11.500.000,00; (e) Formas as NPS serão emitidas fisicamente, em forma cartular, sendo sua circulação por endosso em preto, de mera transferência de titularidade e licenças depositadas no banco mandatário e ser controlado pela Cia; (f) Garantia: as NPS controladas eletronicamente no CETIP21, o extrato em nome dos titulares das NPS emitido pela CETIP, Encerramento: Lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Diretores Presentes:** Miguel N. Abdalla Saad, Diretor Presidente; Marcelo A. G. Souza, Diretor Financeiro; João Miguel M. Martin, Diretor de Gestão; Tarciso Borelli Jr., Diretor de Sustentabilidade e Márcio A. Severi, Diretor de Regulação e Comercialização. SP, 12/12/12, Eliana de F. Frázio - Secretária. **Conforme o § 3º do Art. 130 da Lei das S.A. nº 6.404 de 15/12/76, a íntegra dessa informação encontra-se disponível na página da Internet da Companhia, sob o endereço eletrônico: www.jucesp.br/551.23112-7 em 20/12/12. Gisela S. Ceschin - Sec. Geral.**

**ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A.**

CNPJ/MF nº 12.864.421/0001-40 - NIRE 35.300.438.566

Extrato da Ata da Reunião de Diretoria Executiva

**Data, Hora e Local:** 12/12/12, às 12h, na sede social, Presença: Comparceiram à Reunião a totalidade dos membros da Diretoria. **Massa Diretiva:** Presidente: Miguel N. Abdalla Saad, Secretário: Eliana de F. Frázio, Deliberadores: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Art. 17, inciso IX, do Estatuto Social da Cia, e 2ª emissão, para distribuição pública com estornos restritos de colação ("Emissão" e "Colação", respectivamente), de NPS comerciais, nos termos do ICVM nº 134, de 17/11/90, no ICVM nº 155, de 7/08/91 e do ICVM nº 476, de 18/04/99, as quais terão as seguintes características e condições: (a) Valor Total da Emissão e Data de Emissão: serão de R\$ 57.500.000,00 na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (b) Número de Séries: única; (c) Quantidade de Títulos: até 60 NPS comerciais ("NPS"); (d) Valor Nominal Unitário: no valor de R\$ 11.500.000,00; (e) Formas as NPS serão emitidas fisicamente, em forma cartular, sendo sua circulação por endosso em preto, de mera transferência de titularidade e licenças depositadas no banco mandatário e ser controlado pela Cia; (f) Garantia: as NPS controladas eletronicamente no CETIP21, o extrato em nome dos titulares das NPS emitido pela CETIP, Encerramento: Lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Diretores Presentes:** Miguel N. Abdalla Saad, Diretor Presidente; Marcelo A. G. Souza, Diretor Financeiro; João Miguel M. Martin, Diretor de Gestão; Tarciso Borelli Jr., Diretor de Sustentabilidade e Márcio A. Severi, Diretor de Regulação e Comercialização. SP, 12/12/12, Eliana de F. Frázio - Secretária. **Conforme o § 3º do Art. 130 da Lei das S.A. nº 6.404 de 15/12/76, a íntegra dessa informação encontra-se disponível na página da Internet da Companhia, sob o endereço eletrônico: www.jucesp.br/552.71212-7 em 20/12/12. Gisela S. Ceschin - Sec. Geral.**

**EDITORA ABRIL S.A.**, uma publicação que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 29060048, válida até 03/01/2016, para EDCO E IMPRESSÃO DE REVISTAS DE CONTEÚDO TÉCNICO OU GERAL, à AV. OTAVIANO ALVES DE LIMA, 4400, Figueira do O, São Paulo.

**STECK INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA.**, uma publicação que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 29060048, para atividade de Manufatura elétrica para instalações em circuito de consumo, fabricação à Av. Mairim da Rocha, nº 1771 a 1809 - Jardim Brasil - São Paulo/SP.

**EDITORA ABRIL S.A.**, uma publicação que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 29060048, válida até 03/01/2016, para EDCO E IMPRESSÃO DE REVISTAS DE CONTEÚDO TÉCNICO OU GERAL, à AV. OTAVIANO ALVES DE LIMA, 4400, Figueira do O, São Paulo.

**RUMID EMPREENDIMENTOS LTDA.**, empresa regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.420.638/0001-40, uma publicação que recebeu da CETESB a Licença de Operação do LOTEAMENTO PARQUE DOS IPÊS, localizada no município de Itaipava-SP.

A Concessão da Rodovia do Oeste do Estado de São Paulo - Via Oeste SA, uma publicação que recebeu da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB a Licença Ambiental nº 2105 de 18/10/2012, para a Operação das Margens da Rodovia Presidente Castello Branco (SP-260), km 13+700 ao km 24+000 - pista leste e km 24+000 ao km 24+000 - pista oeste, de validade de 10 (dez) anos a contar da data de sua emissão.

**Cocarl Empreendimentos Multimodal de Movimentação de Materiais Ltda** - uma publicação que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação nº 25000175, para Posto de Armazenagem de produtos químicos ao ar livre, à Estrada Eng. Pírio de Queiroz, S/N, Jardim São Marcos, Cubatão/SP.

**Imprensa Oficial**  
Autoridade Certificadora  
Rua do Estado de São Paulo

CASA CIVIL - CENTRO DO GOVERNO

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando utilizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) terça-feira, 8 de janeiro de 2013 às 00:26:45.

**AUTENTICADO  
NO VERSO**





**MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**

[illegible]

M.G.H.S.P.E. Empreendimentos  
e Participações S.A.

[illegible]

**SECOVI-SP - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO - EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL DE 2013** - Em cumprimento ao disposto no artigo 605 do CLT, ficam notificadas as categorias representadas pelo SECOVI-SP, de que deverão recolher até o dia 31 de janeiro em curso, a Contribuição Sindical Patronal para o exercício de 2013, sob pena de inquerentes nas respectivas esferas jurídicas no art. 500 do CLT. As partes que não recolherem também podem ser obtidas no site da CEF - [www.cafsp.gov.br](http://www.cafsp.gov.br). São Paulo, 10 de janeiro de 2013. Cláudio Bernardes - Presidente - SECOVI-SP

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)  
quando for o caso, de acordo com a Lei nº 2013 de 04.01.02.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade desta quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) neste leilão, 16 de janeiro de 2013 às 01:04:03.

Num. 6156845 - Pág. 9











**MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**

[illegible]

M.G.H.S.P.E. Empreendimentos  
e Participações S.A.

[illegible]

Salvador dos Santos-Membro do Conselho de Administração; Jucesp nº 15.317/13-4 em 02/01/2013. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Gerl.

**SECÓVAP-S - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO - EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL DE 2013.** Em cumprimento ao disposto no artigo 656 da CLT, torna-se conhecida a categoria representada pela SECÓVAP-S, com sede no endereço: Rua do Comércio, nº 10, 10º andar, Centro, São Paulo/SP, com o intuito de receber até o dia 31 de janeiro em curso, o Contribuinte Sindical Patronal para o exercício de 2013, sob pena de incidência das penalidades estipuladas no art. 660 da CLT. As guias para retomar também podem ser obtidas no site da CEF - [www.cef.gov.br](http://www.cef.gov.br). São Paulo, 10 de janeiro de 2013. Claudio Barnardes - Presidente - SECÓVAP-S.







## **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

PORTARIA SUSEP Nº 4.998, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

**O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP**, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos Susep nºs 15414.004917/2011-50, 15414.000380/2012-30, 15414.000704/2012-30, 15414.100080/2012-50, 15414.100175/2012-73, 15414.100390/2012-74 e 15414.100405/2012-02,

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede social na cidade de São Paulo – SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 21 de setembro de 2011, 29 de dezembro de 2011, 9 de janeiro de 2012, 26 de janeiro de 2012, 14 de março de 2012, 18 de maio de 2012 e 11 de junho de 2012:

I – destituição e eleição de diretores;

II – mudança da denominação social para MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.;

III – aumento do capital social em R\$ 130.000.000,00, elevando-o de R\$ 1.101.663.446,15 para R\$ 1.231.663.446,15, representado por 924.383.363 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

IV – extinção do Conselho de Administração;

V – realocação do Comitê de Auditoria para MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 12.264.857/0001-06, com sede social na cidade de São Paulo – SP; e

VI – reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUCIANO PORTAL SANTANNA**

Superintendente



PETIÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROCURAÇÃO JÁ JUNTADA NOS AUTOS

